

Relatório de administração 2022

Natura Cosméticos S.A.



Desempenho 2022

Neste início de 2023, quando finalmente vislumbramos o fim da pandemia da COVID-19, continuamos a testemunhar o terror que a guerra na Ucrânia tem imposto a milhões de pessoas. Natura &Co segue priorizando a proteção e o cuidado de sua rede, e a colaboração com entidades dedicadas a aliviar o sofrimento daqueles impactados pelo conflito. Seguimos convictos de que o diálogo e o respeito à vida devem guiar nosso caminho em direção ao bem comum.

Em 2022, nos vimos diante de um mundo em rápida transformação, com cadeias globais de suprimentos e de logística em adaptação, novos fluxos de demanda, e forte instabilidade econômica e geopolítica em muitos dos mercados em que operamos. Isso impôs desafios complexos aos nossos negócios, adicionais àqueles que decorrem de nosso momento de integração. Nesse contexto, Natura &Co, empresa da qual Natura Cosméticos é subsidiária integral, promoveu uma revisão de suas prioridades estratégicas em direção a um modelo mais ágil e enxuto, dando maior autonomia de alocação de recursos as suas unidades de negócio. Ao mesmo tempo, reforçamos o princípio de geração de impacto positivo que une Avon, Natura, The Body Shop e Aesop.

Seguimos consolidando nossa integração. Desde janeiro de 2020, quando Natura &Co Holding passou a ser a controladora integral da Avon Products, Inc. e da Natura Cosméticos S.A. (que, por sua vez, controla a Aesop e a The Body Shop), criamos o quarto maior grupo do mundo dedicado à beleza. Temos quatro unidades de negócio: Natura &Co América Latina, responsável pela marca Natura em todo o mundo e pelas operações de Avon, The Body Shop e Aesop na região; Avon Internacional; The Body Shop; e Aesop.

A unidade de negócio da América Latina manteve a liderança consolidada das nossas marcas entre as empresas de cosméticos da região, e deu início a mais um ciclo de integração entre a Natura e a Avon. Caminhamos rumo à combinação total do modelo comercial, da força de vendas, dos portfólios e da estrutura de distribuição das duas marcas nessa geografia, de maneira a elevar o potencial de geração de renda da nossa rede de Consultoras e Representantes. Peru, Colômbia e Brasil serão os primeiros mercados a consolidar essa combinação, garantindo experiência de marca diferenciada entre Natura e Avon e, ao mesmo tempo, ampliando a penetração de nossos produtos em mais lares.

Em 2022, o desempenho da marca Natura, impulsionado pela produtividade das consultoras e pelos excelentes resultados registrados no varejo, segue refletindo a força de nosso modelo de negócio omnicanal, que privilegia a Venda por Relações, cada vez mais digitalizada. Entre as demais subsidiárias de Natura Cosméticos, a Avon se destacou pela retomada do crescimento na categoria de Beleza, tanto no Brasil como nos países hispânicos. A The Body Shop inaugurou lojas-conceito no Brasil, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e relançou uma de suas linhas de maior sucesso, Edelweiss, voltada aos cuidados com a pele. A Aesop continua a registrar crescimento anual da ordem de dois dígitos, com destaque para a ampliação do número de lojas e para a chegada da marca na China.

Após dois anos do lançamento do Compromisso com a Vida, a Visão 2030 de Natura &Co, aprofundamos nossa atuação frente aos desafios socioambientais mais urgentes de nosso tempo. O modelo de negócios da Natura, aumentou seu impacto contribuindo para a conservação de 2 milhões de hectares na Amazônia, beneficiando 41 comunidades e mais de 9 mil famílias, ampliando também sua atuação para a Pan-Amazônia, com o início da produção de manteiga de cupuaçu junto a cooperativas extrativistas da Colômbia. Isso foi possível ao elevarmos o percentual de bioativos amazônicos em nossas fórmulas, com o relançamento da icônica linha Ekos.

A Natura deu um importante avanço no compromisso de demonstrar como seus impactos criam valor para a sociedade, para além da divulgação de indicadores financeiros tradicionais, como receita e lucro, ao lançar o primeiro Integrated Profit and Loss (IP&L). Fruto de uma jornada de mais de uma década de mensuração das externalidades do negócio, hoje a Natura é capaz de avaliar seus impactos positivos e negativos gerados em toda a cadeia de valor, encontrando que para cada R\$1 de receita, gera R\$1,5 em benefícios socioambientais. Esse conhecimento permite orientar melhor a tomada de decisões do negócio em direção à geração de impacto positivo.

Na frente de defesa dos direitos humanos, em prol de equidade e inclusão em nossa rede, alcançamos 52% de mulheres em cargos de liderança na América Latina, e reduzimos a lacuna salarial não explicada entre homens e mulheres, hoje inferior a 1%. De maneira a promover as transformações que acreditamos serem necessárias para um mundo mais diverso, inclusivo e sem racismo, firmamos o Compromisso Antirracista da Natura, cuja visão inclui colaboradores, consultoras e a sociedade como um todo, na esteira do Compromisso Antirracista da Avon, lançado em 2020. Nesse sentido, implementamos programas de mentoria com foco no desenvolvimento de carreira de pessoas negras, a exemplo do Divas na Liderança e do Avante, bem como o trainee Coragen Natura, entre outras ações para atração de talentos sub-representados. Para a rede de consultoras, habilitamos canais de atendimento via WhatsApp para oferecer letramento racial e prover acolhimento em casos de violência racial, com apoio psicossocial e orientação jurídica.

Mais informações sobre a Natura e o grupo Natura &Co podem ser encontradas no Relatório de Administração da holding, publicado em 13 de março e disponível em nossa página de Relações com Investidores: <https://ri.naturaeco.com/pt-br/>.

Governança

Durante o ano de 2022, a Natura &Co Holding S.A. manteve a crescente evolução do seu sistema de governança e ampliou ainda mais seu percentual de aderência aos princípios propostos pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa, alcançando neste ano 92% de aderência ao Código. A Natura Cosméticos, subsidiária integral de Natura &Co Holding, continua a ser uma empresa de capital aberto, na categoria B. São seus conselheiros Itamar Gaino Filho, João Paulo Ferreira e Guilherme Castellan.

As principais evoluções da holding em 2022 foram:

1. Deixamos de acumular as funções do Presidente Executivo do Conselho de Administração, e de Presidente Executivo do Grupo (CEO);
2. Definimos o plano de sucessão para o CEO, observando as melhores práticas do código e com a aprovação do Conselho de Administração;
3. Estabelecimento de reuniões exclusivas para os Membros Independentes do Conselho de Administração; e
4. Mesmo que as empresas da Holding não realizem contribuições políticas, casos excepcionais deverão ser avaliados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração de Natura &Co Holding contou com 13 membros durante 2022, eleitos pela Assembleia de Acionistas para um período de dois anos, com possibilidade de reeleição. Após a renúncia de Roberto Marques, então Presidente Executivo do Conselho de Administração e Principal Executivo do Grupo, em junho de 2022, ele ainda permaneceu até o fim de 2022 como membro do Conselho de Administração. Em 2023, o Conselho de Administração passou a ter 12 membros, 8 deles independentes (66%). Os outros quatro são Luiz Seabra, Guilherme Leal e Pedro Passos, fundadores da Natura Cosméticos e copresidentes do Conselho de Administração da holding, sendo um deles eleito para a função de Presidentes do Conselho de Administração; e Fábio Barbosa, que assumiu o cargo de Principal Executivo do Grupo (CEO).

A unidade de negócio Natura &Co América Latina tem um Comitê Executivo (Comex) desde 2020, liderado por João Paulo Ferreira, CEO de Natura &Co América Latina e líder global da marca Natura. O Comex encerrou o ano com 12 executivos em sua composição, sete homens e cinco mulheres, com atuação-chave no processo de integração das quatro marcas na região. Além do CEO, o Comex tem como membros quatro vice-presidentes focados na aceleração da integração dos negócios da Avon e da Natura na América Latina, além de lideranças das áreas estratégicas: Finanças; Marca, Marketing e Inovação; Jurídico, Relações Institucionais e Governamentais, Reputação e Comunicação; Operações e Logística; Pessoas; e o líder do desenvolvimento da plataforma financeira, &Co Pay, e de novos negócios.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em 19 de janeiro de 2022, foi pago o montante de R\$180,8 milhões, a título de dividendos, correspondendo a R\$ 0,1964 por ação, com retenção de 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, resultando em juros sobre o capital próprio líquido de R\$ 153,7 milhões, perfazendo o valor do dividendo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram distribuídos juros sobre capital próprio e dividendos.

Composição do Conselho de Administração

Itamar Gaino Filho
João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira
Guilherme Strano Castellan

Diretoria Estatutária da Natura Cosméticos S.A.

Erasmão Toledo, *Diretor Executivo Operacional de Negócios*
Ana Beatriz Macedo da Costa, *Diretora Jurídica*
João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, *Diretor-Presidente e de Relações com Investidores*
Sílvia Vilas Boas, *Diretora Financeira*

Responsável técnico

Felipe C. Rodriguez
CRC RJ-097455/O

natura &co



Demonstrações contábeis

Natura Cosméticos S.A.



Natura Cosméticos S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	46.721	12.595	2.054.667	2.840.196
Títulos e valores mobiliários	7	1.218.524	1.158.112	1.789.877	1.829.165
Contas a receber de clientes	8	1.380.493	1.144.483	2.388.091	2.174.918
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	30	874.386	280.896	890.395	467.198
Estoques	9	426.041	537.519	2.396.186	2.745.357
Impostos a recuperar	10	126.352	126.437	482.197	453.776
Imposto de renda e contribuição social	15	-	234.525	75.312	295.490
Instrumentos financeiros derivativos	5	11	71.884	30.563	80.263
Outros ativos circulantes	13	74.246	99.237	327.749	388.613
Total dos ativos circulantes		4.146.774	3.665.688	10.435.037	11.274.976
NÃO CIRCULANTES					
Impostos a recuperar	10	155.481	196.666	503.080	562.377
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.211.854	401.626	1.971.354	1.140.234
Depósitos judiciais	12	303.233	291.337	335.540	321.960
Instrumentos financeiros derivativos	5	773.251	893.970	773.251	893.970
Títulos e valores mobiliários	7	35.235	36.921	35.235	36.921
Outros ativos não circulantes	13	14.823	16.161	138.592	176.652
		2.493.877	1.836.681	3.757.052	3.132.114
Investimentos	14	9.993.564	11.456.773	-	-
Imobilizado	15	276.320	291.476	1.970.453	2.031.190
Intangível	16	679.620	616.947	5.814.235	7.104.279
Direito de uso	17	523.020	476.433	2.672.023	2.728.039
Total dos ativos não circulantes		13.966.401	14.678.310	14.213.763	14.995.622
TOTAL DOS ATIVOS		18.113.175	18.343.998	24.648.800	26.270.598

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA					
Custo dos produtos vendidos	24	8.350.636	7.412.872	20.207.176	20.735.341
Lucro Bruto		3.283.464	(2.911.780)	(5.930.941)	(5.650.829)
DESPESAS RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com Vendas, Marketing e Logística	25	(2.388.926)	(2.125.421)	(8.730.120)	(8.960.562)
Despesas Administrativas, P&D, TI e Projetos	25	(1.539.408)	(1.397.873)	(3.430.881)	(3.464.240)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes		(129.774)	(325.869)	(239.027)	(440.964)
Resultado de equivalência patrimonial	14	135.339	832.670	-	-
Outras despesas operacionais líquidas	28	(63.670)	(53.502)	(292.000)	(116.172)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		1.080.733	1.431.092	1.584.207	2.102.574
Recargas financeiras	27	3.334.086	2.732.238	4.183.132	3.053.560
Despesas financeiras	27	(4.570.031)	(3.263.180)	(5.677.097)	(3.791.384)
(PREJUÍZO) Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(155.212)	900.150	90.242	1.364.750
Imposto de renda e contribuição social		278.929	34.002	33.475	(430.598)
Lucro Líquido do Exercício		123.717	934.152	123.717	934.152
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$					
Básico		0,1344	1,0152	0,1344	1,0152
Diluído		0,1344	1,0152	0,1344	1,0152

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes:					
(Perda) ganho na conversão das informações contábeis de controladas no exterior		(1.782.349)	229.842	(1.782.349)	229.842
Efeito cambial na conversão de economia hiperinflacionária		269.620	368.617	269.620	368.617
(Perda) ganho em operações de hedge de fluxo de caixa		(798.363)	(215.945)	(793.291)	(210.062)
Efeitos tributários sobre o ganho em operações de hedge de fluxo de caixa	5,3	271.443	73.421	269.681	72.938
Equivalência sobre ganho na operação de hedge de fluxo de caixa	5,3	5.072	5.883	-	-
Equivalência sobre os efeitos tributários de ganho em operação de hedge de fluxo de caixa		(1.762)	(483)	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes:					
(Perda) ganho atual	22	(10.590)	8.803	2.962	17.131
Efeitos tributários sobre o ganho (perda) atuarial		3.601	(2.993)	(1.171)	(5.825)
Equivalência sobre perda atuarial		13.552	8.328	-	-
Equivalência sobre os efeitos tributários de ganho (perda) sobre ganho atuarial		(4.772)	(2.832)	-	-
Resultado abrangente para o exercício, líquido dos efeitos tributários		(1.910.831)	1.406.793	(1.910.831)	1.406.793

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		10.598.420	9.569.259	24.801.653	25.779.741
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das reversões		10.797.806	9.698.902	25.356.742	25.915.503
Outras despesas operacionais, líquidas		(129.774)	(21.224)	(239.027)	(38.358)
Insuamos Adquiridos de Terceiros		(69.612)	(108.419)	(316.062)	(97.404)
Insuamos Adquiridos de Terceiros		(7.092.827)	(6.568.001)	(14.960.440)	(15.692.582)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(4.539.593)	(4.072.094)	(8.172.038)	(7.758.247)
Matérias, energia, serviços de terceiros e outros		(2.553.234)	(2.495.907)	(6.788.402)	(7.934.335)
Valor Adicionado Bruto		3.505.593	3.001.258	9.841.213	10.087.159
RETENÇÕES		(294.993)	(245.536)	(1.499.959)	(1.525.732)
Depreciações e amortizações	15, 16 e 17	(294.993)	(245.536)	(1.499.959)	(1.525.732)
Valor Adicionado Produzido pela Sociedade		3.210.600	2.755.722	8.341.254	8.561.427
Valor Adicionado Recebido em Transferência		3.469.425	3.564.908	4.183.132	3.053.560
Resultado de equivalência patrimonial	14	135.339	832.670	-	-
Recargas financeiras - incluem variações monetárias e cambiais	27	3.334.086	2.732.238	4.183.132	3.053.560
Valor Adicionado Total a Distribuir		6.680.025	6.320.630	12.524.386	11.614.987
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		6.680.025	6.320.630	12.524.386	11.614.987
Pessal		910.140	900.306	4.201.955	4.134.203
Remuneração direta	14%	693.525	572.423	3.325.513	3.087.575
Benefícios		160.515	186.094	550.764	849.932
FGTS		56.100	141.789	325.678	196.696
Impostos, taxas e contribuições		1.057.036	1.221.662	2.480.285	2.740.892
Federal	16%	(531.578)	(230.543)	(601.217)	(985.213)
Estadual		1.588.610	1.452.200	3.080.243	3.724.093
Municipal		3	5	1.260	2.012
Remuneração de capitais de terceiros		4.589.132	3.264.510	5.718.429	3.805.740
Alugues		19.101	14.609	41.332	27.722
Outras		4.570.031	3.249.901	5.677.097	3.778.019
Remuneração de capitais próprios		123.717	934.152	123.717	934.152
(Prejuízos) lucros retidos	2%	123.717	934.152	123.717	1%

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Deságio em transações de capital		Ajustes de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido total	
	Capital social	Ágio na emissão/ venda de ações	Capital adicional integralizado	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros acumulados	Lucros	Resultado de operações com acionistas não controladores		Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido total controladores		Não controladores
									(92.066)	(92.066)				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.567.201
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	934.152	-	-	-	-	-	934.152
Efeito cambial na conversão de economia hiperinflacionária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	368.617
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.024
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	472.641
Movimentação dos planos de opção de compra de ações e ações restritas:														
Provisão com planos de outorga de opções de compra de ações e ações restritas	-	-	113.173	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113.173
Exercício de planos de outorga de opções de compra de ações e ações restritas	-	-	(165.417)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.498)
Juros sobre capital próprio declarados e ainda não distribuídos (mínimo obrigatório)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(180.773)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	52.402	-	-	-	-	-	-	(52.402)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	544.073	-	-	-	-	-	(544.073)
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500
Constituição da reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	156.904	-	-	-	-	-	-	-	-	(156.904)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.000.000	-	192.870	222.305	18.650	427.730	52.402	1.639.770	-	(92.066)	3.355.235	7.816.896	500	7.817.396
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	123.717	-	-	-	-	-	123.717
Efeito cambial na conversão de economia hiperinflacionária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.620
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.304.168)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	123.717	-	-	-	-	-	(2.034.548)
Movimentação dos planos de opção de compra de ações e ações restritas:														
Provisão com planos de outorga de opções de compra de ações e ações restritas	-	-	81.433	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81.433
Exercício de planos de outorga de opções de compra de ações e ações restritas	-	-	(110.039)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.511
Juros sobre capital próprio declarados e ainda não distribuídos (mínimo obrigatório)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500
Constituição da reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	181.093	-	-	-	-	-	-	-	-	(181.093)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.000.000	-	205.276	293.699	18.650	608.823	52.402	1.584.538	-	(92.066)	1.320.687			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A NATURA COSMÉTICOS S.A. (“Companhia”), subsidiária integral da Natura &Co Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários na “Categoria B”, com sede no Brasil, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alexandre Colares, nº 1188.Vila Jaguara, CEP 05106-000.A Companhia é uma entidade operacional que possui filiais e controladas no Brasil e no exterior atuando, majoritariamente, no setor de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal,por meio do desenvolvimento, fabricação, distribuição e comercialização de seus produtos.A Natura Cosméticos e suas controladas são denominadas “Companhia”. As marcas sob gestão da Companhia incluem: “Natura”, “The Body Shop” e “Aesop”. Além de utilizar-se dos mercados de varejo, *e-commerce*, *business-to-business* (B2B) e franquias como canais de venda de produtos, a Companhia e suas controladas atuam, sobretudo no canal de venda direta realizada pelos(as) Consultores(as) das marcas Natura e The Body Shop.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (daqui em diante denominada “demonstrações financeiras”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em reunião realizada em 15 de março de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros derivativos, aplicações financeiras que foram mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), arredondados ao milhar mais próximo, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

2.1 Reclassificação de saldos no período comparativo

Durante o exercício atual, a Companhia realizou algumas reclassificações nos saldos apresentados no período comparativo para melhor apresentar e alinhar certos saldos de subsidiárias que, embora de natureza semelhante, foram apresentados em itens separados nas demonstrações financeiras. Essas reclassificações estão relacionadas, principalmente, a:

a) Provisões para tratamentos fiscais incertos anteriormente apresentadas como parte de imposto de renda e contribuição social circulares (no valor total de R\$92.659) e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (não circulante, no valor total de R\$121.340) que estão sendo reclassificadas para o imposto de renda e contribuição social não circulante passivos; b) Créditos de imposto de renda decorrentes do regime de “Tributação em Base Universal” (“TBU”) anteriormente apresentados como parte de impostos a recuperar não circulares (no valor total de R\$84.729) que estão sendo reclassificados para imposto de renda e contribuição social diferidos, não circulares; c) Saldos referentes a determinados custos relacionados ao custo dos produtos vendidos anteriormente apresentados como despesas com vendas, marketing e logística na controlada Aesop no montante de R\$ 86.363; d) Em 31 de dezembro de 2020, os saldos referentes aos efeitos da conversão de balanços de controladas em economias hiperinflacionárias anteriormente apresentados em capital adicional integralizado em reserva de capital e em retenção de lucros em reserva de lucros na demonstração das mutações do patrimônio líquido foram reclassificados para Outros resultados abrangentes, também componente de patrimônio líquido da Companhia, para melhor apresentação consolidada desses impactos nesta demonstração. Esta reclassificação no montante de R\$ 193.261 não teve efeito sobre o patrimônio líquido e a posição de finanças apresentada pela Companhia naquele período; e e) Durante o exercício de 31 de dezembro de 2022, alguns saldos da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente a 31 de dezembro de 2021 estão sendo reapresentados para incluir detalhes adicionais nas demonstrações do valor adicionado, de acordo com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 09, Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Essas alterações não afetam a posição patrimonial e financeira, a demonstração do resultado do período ou qualquer outra informação anteriormente apresentada nas notas explicativas.

Em decorrência das reclassificações divulgadas acima, o valor do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 foi acrescido em R\$92.659 e o passivo circulante foi reduzido no mesmo montante. Os totais de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2021, não sofreram alterações em função dessas reclassificações. A reclassificação do item “(i)” não impactou o valor total do prejuízo operacional ou do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A reclassificação divulgada no item “d)” acima aumentam a demonstração do resultado abrangente no valor de R\$ 193.261 e reduz as reservas do das demonstrações das mutações do patrimônio líquido no mesmo montante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pelas políticas contábeis adotadas pela primeira vez em 2022, conforme descrito na nota explicativa nº 3.26.

3.1 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização e/ou consumo esperado no curso normal do ciclo operacional, conforme definido CPC 26 (R2) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulares, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.16.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma das empresas atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional e de apresentação da Companhia, o Real.

3.2.1 Transações e saldos em moeda diferente de sua moeda funcional

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional das empresas inclusas nestas demonstrações financeiras consolidadas utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultante da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, em “receitas financeiras” e “despesas financeiras”.

3.2.2 Controladas com moeda funcional diferente

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos das controladas no exterior, cuja moeda funcional não seja o Real, são convertidas para Reais à taxa de câmbio média mensal, que se aproxima da taxa de câmbio vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para Reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício. Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados em “outros resultados abrangentes” nas demonstrações do resultado abrangente no patrimônio líquido.

Este cálculo de conversão é diferente para Natura Cosméticos S.A. - Argentina (“Natura Argentina”) que se tornou uma economia hiperinflacionária a partir de 1º de julho de 2018, no qual além do balanço patrimonial, as receitas e despesas são também convertidas para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício.

3.2.3 Economia hiperinflacionária

Em 1º de julho de 2018, a Argentina passou a serem considerada economia hiperinflacionária considerando a elevação nos índices oficiais de preços país acumulados naquela data (Índice de Preços ao Consumidor, ou “IPC”). Uma vez que a Companhia não opera em economia que passou a ser hiperinflacionária no exercício e sim sua subsidiária acima indicada, a reapresentação dos saldos comparativos dos exercícios anteriores não é realizada, de acordo com o que prevê o CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (IAS 21 - The effects of changes in foreign exchange rates).

Dessa forma, os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico nesta controlada foi atualizado com base no índices citado anteriormente, sendo os impactos resultantes das alterações no poder de compra geral apresentados na demonstração de resultado. O efeito líquido da atualização inflacionária dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi apresentado em conta específica para efeito de hiperinflação no resultado financeiro (vide nota explicativa nº 27).

Para fins de conversão dos saldos contábeis da controlada para a moeda de apresentação em Reais utilizada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram adotados os seguintes procedimentos:

➤ Os montantes de ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício (0,02955 e 0,05437 peso argentino por Real em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respectivamente); e

➤ Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício (idem acima), ao invés da taxa de câmbio média do exercício, que é utilizada na conversão de moeda de economia não hiperinflacionária.

A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 94,8% (50,6% em 31 de dezembro de 2021), conforme IPC.

3.3. Consolidação

As seguintes práticas são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

a) Investimentos em controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a um ente direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

Abaixo, é apresentada a relação de controladas diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Participação - %	2022	2021
Participação direta:			
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. - Brasil	100,00	100,00	
Natura Comercial Ltda. - Brasil	100,00	100,00	
Natura Biosphera Franqueado Ltda. - Brasil	100,00	100,00	
Natura Cosméticos S.A. - Chile	99,99	99,99	
Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	99,99	99,99	
Natura Cosméticos S.A. - Peru	99,99	99,99	
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	99,99	99,99	
Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V.	99,99	99,99	
Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V.	99,99	99,99	
Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.	99,99	99,99	
Natura Cosméticos Ltda. - Holanda	99,99	99,99	
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	99,99	99,99	
Natura Cosméticos España S.L. - Espanha	99,98	99,98	
Natura (Brasil) International B.V. - Holanda	100,00	100,00	
Natura Brazil Pty Ltd. - Austrália	100,00	100,00	
Natura Cosmetics Asia Pacific Pte. Ltd. - Cingapura	100,00	100,00	
Natura &Co Pay Serviços Financeiros e Tecnologia em Pagamentos Eletrônicos Ltda.	100,00	100,00	
Natura &Co Pay Holding Financia S.A.	90,00	90,00	
Aesop Brasil Comércio de Cosméticos Ltda.	99,99	99,99	
Fundo de Investimento Essencial - Brasil	100,00	100,00	
The Body Shop Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.	100,00	100,00	
The Body Shop Brasil Franquias Ltda. - Brasil	100,00	100,00	

As atividades das controladas diretas estão descritas abaixo:

➤ Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda: suas atividades concentram-se, preponderantemente, na industrialização e comercialização dos produtos da marca Natura para a Companhia.

➤ Natura Comercial Ltda. (“Natura Comercial”): suas atividades compreendem a comercialização de produtos de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, por meio de vendas realizadas no mercado de varejo.

➤ Natura Biosphera Franqueadora Ltda: outorga e administração de franquia empresarial, bem como as demais atividades inerentes à condição de franqueadora.

➤ Natura Cosméticos S.A. - Chile (“Natura Cosméticos - Chile”), Natura Cosméticos S.A. - Peru (“Natura Cosméticos - Peru”), Natura Cosméticos S.A. - Argentina (“Natura Cosméticos - Argentina”), Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia (“Natura Cosméticos - Colômbia”), Natura Cosméticos Ltda - Holanda (“Natura Cosméticos - Holanda”) e Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V. (“Natura Distribuidora de México”): suas atividades são semelhantes às atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. no Brasil.

➤ Natura Cosméticos C.A. - Venezuela (“Natura Cosméticos - Venezuela”): encontra-se em fase de encerramento societário e não existem investimentos, transações ou saldos materiais mantidos em seus registros contábeis.

➤ Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V. (“Natura Cosméticos e Servicios Mexico”): suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos às empresas Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.

➤ Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. (“Natura Cosméticos Mexico”): suas atividades concentram-se na importação e comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal para a Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.

➤ Natura Cosméticos España S.L. (“Natura Cosméticos Espanha”): suas atividades estão suspensas. Caso a atividade seja retomada, serão desenvolvidas as mesmas atividades da Companhia.

➤ Natura (Brasil) International B.V. - Holanda: holding controladora da Natura Europa SAS - França, Natura Brasil Inc., Natura International Inc. e The Body Shop International Limited.

➤ Natura Brazil Pty Ltd.: holding controladora da Natura Cosmetics Australia Pty Ltd.

➤ Natura Cosmetics Asia Pacific Pte. Ltd. - Cingapura: empresa constituída em 2020, ainda sem operações.

➤ Natura &Co Pay Serviços Financeiros e Tecnologia em Pagamentos Eletrônicos Ltda. (“Natura &CO Pay”): suas atividades consistem em prestação de serviços e gerenciamento de pagamentos.

➤ Natura &Co Pay Financaira Holding S.A. (“Natura &CO Pay Holding”): tem como objetivo exclusivo a participação em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

➤ Fundo de Investimento Essencial - Brasil: fundo constituído sob forma de condomínio, com objetivo de aplicar recursos em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características, sem compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial.

➤ The Body Shop Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. (“The Body Shop Brasil”): suas atividades concentram-se na industrialização e comercialização dos produtos da marca The Body Shop.

➤ The Body Shop Brasil Franquias Ltda. (“The Body Shop Franquias”): atividades de outorga e administração de franquia empresarial, bem como as demais atividades inerentes à condição de franqueadora.

➤ Aesop Brasil Comércio de Cosméticos Ltda. (“Aesop Brasil”): suas atividades compreendem a comercialização de produtos de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, por meio de vendas realizadas no mercado de consumo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há controladas direta ou indiretamente que possuam participações significativas detidas por acionistas não controladores.

3.4. Ágio por rentabilidade futura (“goodwill”)

O ágio por rentabilidade futura (“goodwill”) resultante de uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao custo, como o excedente do montante agregado de: (i) a contraprestação transferida ao valor justo; (ii) o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição; e (iii) em uma combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo da participação acionária anteriormente detida pela adquirente na aquisição na data de aquisição; em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Quando esse montante agregado é inferior ao valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, o ganho na compra vantajosa é reconhecido imediatamente no resultado. Subsequentemente, o goodwill é mensurado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável, o goodwill adquirido em uma combinação de negócios é a partir da data de aquisição, alocado a cada grupo de Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades e testado anualmente e quando as circunstâncias indicam que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata concedida pelo emissor ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os instrumentos que não são elegíveis para a classificação de caixa e equivalentes de caixa, devido à sua liquidez, prazo de vencimento ou mesmo ao risco de mudança de valor, são classificados como títulos e valores mobiliários.

3.6. Instrumentos financeiros

3.6.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo mais ou menos, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subseqente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou pelo valor justo ou por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros “não derivativos” mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os principais ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulares e não circulates (vide nota explicativa nº 5.5).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla além de instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são fundos de investimento exclusivo, títulos públicos, caixa restrito, letras financeiras, fundo de investimento Dynamo Beauty Ventures Ltd. (“Fundo DBV”), cédulas de depósito bancário (“CDB”), operações compromissadas, instrumentos financeiros derivativos, conforme demonstrados na nota explicativa nº 5.5.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou grupo de ou ramos, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem, a Companhia transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve.

Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (“ECL”) para todos os instrumentos de dívida não classificados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. As ECL são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados por uma aproximação da taxa de juros efetiva original.

As ECL são reconhecidas em duas etapas: (i) para as exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECL são provisionadas para perdas de crédito que resultem de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (uma ECL de 12 meses); (ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, uma provisão para perdas é requerida para as perdas de crédito esperadas ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento da inadimplência (“lifetime ECL”).

Para contas a receber, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo da ECL. Portanto, a Companhia não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base na ECL em cada data de balanço. A Companhia constituiu uma provisão com base em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada por fatores prospectivos específicos para os inadimplentes e o ambiente econômico. Mais detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 5.5.

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando informações internas ou externas indicam que dificilmente receberá os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

3.6.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos em moeda local e estrangeira, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 18), instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº5), fornecedores e operações de risco sacado (nota explicativa nº 19), fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa nº 30), passivo de arrendamento (nota explicativa nº17), seguros a pagar (nota explicativa nº 22) e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (nota explicativa nº23).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Durante o exercício, considerando a estrutura de hedge de valor justo estabelecida para proteção da variabilidade de taxa de juros associada à emissão dos certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”), os respectivos passivos apresentados em empréstimos, financiamentos e debêntures foram designados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - *Financial Instruments*). Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 (IFRS 9) forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contratados (exceto emissão dos certificados de recebíveis imobiliários acima referida) e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o exercício em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer prêmio ou desconto na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica principalmente a fornecedores e operações de “risco sacado” (vide nota explicativa nº 19), empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota explicativa nº 18) e passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 17).

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível para compensar os valores reconhecidos e houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, para simultaneamente realizar os ativos e liquidar o passivo.

A compensação de instrumentos financeiros também é aplicada sobre saldos bancários sujeitos ao sistema de gestão central de tesouraria (“cash pooling”) instituídos junto a instituição financeira, no qual as posições em contas correntes da Companhia (incluindo saldos descobertos) são compensadas uma vez que a Companhia possui um direito legalmente executável para realizar a liquidação pelo montante líquido e tem a intensão de liquidar as posições em bases líquidas.

3.6.3 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, consistem em swap e compra a termo de moeda e taxa de juros (“*non-deliverable forward*” ou “NDF”), que visam exclusivamente à proteção contra (i) riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de insumos e ativo imobilizado, exportações previstas, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital na controladas projetados em moedas estrangeiras; e (ii) variabilidade nas taxas de juros associadas a dívidas contraídas. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de hedge de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são registradas em “outros resultados abrangentes”.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio.

Para fins de contabilidade de hedge, os hedges são classificados como: (i) hedges de valor justo quando protegem a exposição às mudanças no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido; (ii) hedges de fluxo de caixa ao cobrir a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido; e que possa afetar o resultado ou (iii) hedge de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início de uma relação de hedge, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge, à qual pretendem aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza do risco que está sendo coberto e como a Companhia irá avaliar a eficácia das mudanças no valor justo do instrumento de cobertura em compensar a exposição a mudanças no valor justo ou caixa do item coberto, fluxos atribuíveis ao risco coberto. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes na obtenção de alterações de

Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

3.1.1.2 Marcas e patentes

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Para as marcas e patentes com vida útil definida, a amortização é calculada pelo método linear.

3.1.1.3 Relacionamento com clientes varejistas, franqueados, subfranqueados e representantes

Os relacionamentos com clientes varejistas, franqueados, subfranqueados e representantes adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição e sua amortização é calculada pelo método linear.

3.1.1.4 Fundos de comércio com vida útil definida

Os fundos de comércio com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear durante o prazo de locação.

3.1.1.5 Tecnologias desenvolvidas

As tecnologias desenvolvidas compreendem a tecnologia para o desenvolvimento de produtos (incluindo fórmulas, dados de rotulagem, processos de fabricação, aprovações regulatórias, embalagens de produtos e designs), oriunda de operações de combinações de negócios, e são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição e sua amortização é calculada pelo método linear

3.1.2 Impairment de ativos não financeiros

A Companhia avalia, a cada data de balanço, se existe uma indicação de que um ativo pode apresentar redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, ou quando o teste anual de *impairment* de um ativo for necessário, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo ou UGC menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou uma UGC ultrapasse seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é baixado para seu valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital da controlada na qual a UGC opera, que reflete os riscos específicos da UGC e é derivado de seus negócios existentes e respectivos riscos.

A Companhia baseia seu cálculo de *impairment* nos orçamentos e cálculos de projeção mais recentes, que são preparados separadamente para cada um das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou dos grupos de unidades geradoras de caixa no que diz respeito à ágio por rentabilidade futura) da Companhia às quais os ativos individuais são alocados e monitorados para fins de sua recuperabilidade. Esses orçamentos e cálculos de projeção geralmente cobrem um período de dez anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros após o décimo ano. As perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo deteriorado.

Para os ativos não financeiros excluindo o *goodwill*, é efetuada uma avaliação em cada data de balanço para determinar se existe uma indicação de que as perdas por *impairment* anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuirão. Se houver tal indicação, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida apenas se houver uma mudança nas premissas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por *impairment* foi reconhecida. A reversão é limitada de forma que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado.

O *goodwill* e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para *impairment* no mínimo anualmente em 31 de dezembro, e também quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode estar apresentado por valor superior ao valor recuperável. As perdas por *impairment* relativas ao *goodwill* não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.1.3 Passivo de arrendamento

A Companhia avalia no início do contrato se ele é, ou contém, um arrendamento. Ou seja, se o contrato confere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia (como arrendatária) aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para os de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece um passivo de arrendamento para fazer pagamentos de arrendamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas por rescindir o arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa sua taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, pois a taxa de juros implícita no arrendamento não é imediatamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos do arrendamento é reavaliado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos de arrendamento (ou seja, mudanças nos pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tal pagamento de arrendamento) ou uma mudança na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os passivos de arrendamento da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 17.

Em 28 de maio de 2020, o IASB emitiu o “Concessões de aluguel relacionadas à Covid-19”, alteração ao IFRS 16 -Leases (CPC 06 (R2) - Arrendamentos), e posteriormente estendeu a vigência dessas condições até 30 de junho de 2022.

As alterações proporcionaram isenção aos arrendatários da aplicação da orientação do IFRS 16 sobre a contabilização de modificação de arrendamento para concessões de aluguel que surgem como uma consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pôde, até 30 de junho de 2022, decidir não avaliar se uma concessão de aluguel relacionada à Covid-19 de um arrendador é uma modificação do arrendamento. O arrendatário que ao fazer esta escolha contabilizou qualquer alteração nos pagamentos do arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a alteração de acordo com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), se a alteração não fosse uma modificação do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021, o impacto positivo decorrente da isenção da nota resultou em R\$787,81 registrado no resultado da Companhia na rubrica “despesas operacionais e custos dos produtos vendidos” (R\$)18,374 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

3.1.3.1 Ativo de direito de uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos bens, divulgadas na nota explicativa nº 17.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a *impairment*, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.1.2.

3.1.3.2 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo para seus arrendamentos de curto prazo, independentemente da sua natureza (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contém uma opção de compra). A Companhia também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de ativos de baixo valor para arrendamentos que, de acordo com sua política, sejam considerados de baixo valor; independentemente de sua natureza. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

3.1.4 Fornecedores participantes de operações de “risco sacado”

A Companhia é parte de uma operação de risco sacado (“*supplier finance arrangement*”) com uma instituição financeira com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira se oferece separadamente para pagar antecipadamente ao nosso fornecedor em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária.

Esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa da Companhia. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo o passivo como “fornecedores” e essas transações são apresentadas em atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

3.1.5 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do exercício para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Essas atualizações monetárias são registradas em despesas financeiras vide nota explicativa nº27.

Os ativos contingentes não são reconhecidos pela Companhia e somente são divulgados, caso haja provável recebimento de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o correspondente ganho são registrados nas demonstrações financeiras do exercício correspondente à mudança na estimativa.

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado pelo seu valor justo. Posteriormente, é mensurado pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com os requisitos de provisões acima ou o valor inicialmente reconhecido menos (quando apropriado) a amortização acumulada reconhecida de acordo com os requisitos de reconhecimento de receita.

A Companhia possui contratos que preveem o pagamento de honorários advocatícios de êxito decorrentes de processos tributários, cíveis e trabalhistas dos quais figuram no polo passivo. A Companhia, com base em sua melhor estimativa, apurou e provisionou os montantes para os quais entende que existe a expectativa de desembolso futuro.

3.1.6 Impostos e contribuição social corretas e diferidos

Os ativos e passivos de imposto de renda corrente são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais com base nas alquotas e leis tributárias usadas para calcular o valor, são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde a Companhia opera e gera lucro tributável. A Companhia avalia, periodicamente, os tratamentos fiscais assumidos nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações que podem ser diversas e considera se é provável que a autoridade fiscal aceitaria o tratamento fiscal incerto. A Companhia avalia os saldos destes tributos com base no valor mais provável ou no valor esperado, dependendo de qual método é avaliado como aquele que fornece a melhor previsão da resolução da incerteza.

A Companhia possui posições fiscais incertas irrelevantes e, caso existam resultados desfavoráveis em litígios, poderiam resultar em um impacto material adverso nas demonstrações financeiras.

No Brasil, incluem o imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), que são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceda R\$ 240 para IRPJ e 9% para CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável anual. O lucro tributável reflete o lucro antes dos impostos ajustado por itens não tributáveis e não dedutíveis (itens temporários e permanentes). Os impostos diferidos representam débitos e créditos fiscais sobre diferenças temporárias entre a base fiscal e a base contábil de ativos e passivos sobre prejuízos fiscais acumulados. Impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes” conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - *Income Taxes*).

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e reduzido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. A estimativa de lucros tributáveis futuros requer julgamentos, estimativas e interpretação de leis tributárias.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço e refletem as incertezas relacionadas a estes tributos, quando aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativos e passivos fiscais, estão sendo divulgados separadamente.

3.1.7 Benefícios a empregados

3.1.7.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou não formalizada de pagar esse montante em função de serviços passados prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.1.7.2 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que considera o lucro atribuível aos acionistas e vinculado a metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

3.1.7.3 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas na demonstração do resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

3.1.7.4 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido (apossentadoria e assistência médica pós-emprego) é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os beneficiários receberão como retorno pelos serviços prestados em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente sendo apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário externo e independente utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

O custo do serviço corrente e os juros de apropriação do valor presente do passivo são reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e perdas atuariais gerados pela remensuração do passivo, em decorrência de alterações de premissas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes”. Na ocorrência de alterações ou reduções do plano, os efeitos do custo do serviço passado são reconhecidos na demonstração do resultado na data da ocorrência.

3.1.8 Pagamento baseado em ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de participações com base em ações, liquidados exclusivamente com as suas próprias ações.

i) Plano de outorga de opções de compra de ações;

ii) Programa de outorga de ações restritas;

iii) Programa de outorga de opções de compra de ações relacionada à aceleração da estratégia; e

iv) Programa de outorga de ações de desempenho.

Os planos são mensurados pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado cujos detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 26.1.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido em “capital adicional integralizado”, ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com término na data em que o funcionário adquiere o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrada em “despesa com vendas ou administrativas”, dependendo do departamento no qual o colaborador está alocado.

Para o plano de outorga de opções de compra de ações e o programa de aceleração da estratégia, mesmo com a expiração do prazo de exercício, a despesa reconhecida não é revertida, pois o direito foi adquirido pelos executivos.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado (exceto quando o cancelamento ocorre por perda do direito ao instrumento patrimonial por não atender às condições de concessão), este é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é registrada imediatamente. Isso inclui qualquer prêmio que a Companhia ou a contraparte tenham a opção de não cumprir a obrigação de não aquisição. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

3.1.9 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo “dividendos e juros sobre o capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos que exceder os dividendos mínimos obrigatório, declarada pela Administração após a data do balanço a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na coluna “Dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.20 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios da Companhia que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

No momento da alienação ou transferência das ações em tesouraria para os beneficiários dos planos de pagamento baseado em ações (liquidadas em ações), o valor da contraprestação recebida é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e eventual ganho ou perda resultante da transação é registrado como reserva de capital.

3.21 Informações por segmento

As informações por segmentos de negócios consideram a forma na qual as informações são reportadas ao principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho. Em 2020, as informações de segmentos da Companhia sofreram alterações em relação aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 2019 como resultado da reestruturação societária realizada por parte da sua controladora. Como resultado desta reestruturação, a Administração da Companhia passou a não mais tomar decisões exclusivamente para a Natura Cosméticos a partir de sua estrutura de governança corporativa, sendo as decisões de negócio envolvendo a alocação de recursos e avaliação de desempenho que impactam a Companhia (em conjunto com outras entidades legais incluídas no segmento “Natura &Co Latam” definido pela sua controladora) tomadas pelo Conselho de Administração da sua controladora, que atua como o principal órgão tomador de decisões.

Desta forma, informações equivalentes às da Companhia são analisadas pelo principal gestor das operações da controladora em conjunto com informações de outras entidades legais cujas operações são análogas e estão sob controle comum e apresentadas como um segmento operacional nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. Como resultado, as demonstrações financeiras da Companhia refletem as operações próprias que são parte da análise deste principal gestor e apresentam um segmento operacional único para fins de suas demonstrações financeiras.

3.22 Receita de contratos com clientes

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete o valor justo da contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A Companhia concluiu que é o principal em seus contratos de receita.

A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de desempenho separadas para as quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço da transação, são considerados os efeitos da contraprestação variável, a existência de um componente de financiamento significativo, contraprestação não monetária e contraprestação a pagar ao cliente (se houver).

Abaixo, resumos a natureza e outras considerações sobre o preço da transação e o momento em que a obrigação de desempenho é cumprida para cada um dos principais fluxos de receita.

3.22.1 Vendas diretas

A receita de venda direta é gerada a partir das vendas efetuadas para os(as) consultores(as) da Companhia (nossos clientes), mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida/ a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de venda é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o(a) Consultor(a) obtiver o controle desse produto.

3.22.2 Vendas diretas - Encargos e penalidades adicionais por atraso no pagamento

A Companhia cobra de seus clientes (Consultores(as)) acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), as controladas reconhecem a receita de acréscimo e penalidades com base na contraprestação que a Companhia estima ter direito, dado o seu histórico de recebimento dos clientes.

3.22.3 Vendas no varejo

A Companhia, que atua no mercado varejista, mensura as receitas de vendas com base no valor justo da contraprestação recebida/ a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Essas receitas de vendas são reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e consumidor obtiver o controle desse produto.

3.22.4 Outras obrigações de desempenho

3.22.4.1 Programa de fidelidade (campanha de pontos)

A Companhia oferece campanhas de acúmulo de pontos (programa de fidelidade), que se dá pelo fato da compra dos produtos da Companhia, para serem trocadas (resgatadas) futuramente por produtos. A mensuração dos pontos é feita com base no seu custo esperado, acrescida de uma margem. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida à medida que os pontos são resgatados pelos consultores(as) para as vendas no varejo e venda direta, ou quando expiram ou não são mais considerados passíveis de resgate. O prazo de validade dos pontos é de até aproximadamente cinco meses (seis díodos).

3.22.4.2 Programa de reconhecimento dos(as) consultores(as) Natura

A Companhia possui programas de reconhecimento por desempenho, nas quais premia os(as) consultores(as) com base em diferentes indicadores por exemplo, volume de compras, tempo de casa entre outros. A Companhia entende que esse programa de reconhecimento por desempenho possui um valor agregado e, portanto, é considerado como um compromisso assumido com a nossa rede. A mensuração dos programas de reconhecimento por desempenho é feita com base no seu custo esperado, acrescida de uma margem. O valor alocado aos programas de reconhecimento por desempenho é diferido e a receita é reconhecida quando os prêmios são entregues para os(as) Consultores(as) da Companhia.

3.22.4.3 Eventos

A Companhia promove eventos com o objetivo de estimular e congratular os(as) melhores Consultores(as). A Companhia entende que esses eventos possuem um valor agregado para os(as) Consultores(as), além de gerar uma expectativa de participação nesses eventos. Assim, a Companhia determinou que esses eventos são uma obrigação de desempenho. A mensuração dos eventos é feita com base no seu custo esperado, acrescida de uma margem. O valor alocado aos eventos é diferido e a receita é reconhecida quando o evento é realizado.

3.22.4.4 Franquias (cursos, treinamentos e consultorias/enxoval e inauguração)

A Companhia cobra do franqueado um montante fixo, no início do contrato, sendo que parte desse valor se destina aos cursos, treinamentos e consultorias para capacitar e instruir o franqueado para comercializar os produtos da marca “Natura” e “The Body Shop”. Além disso, outra parte desse valor refere-se ao enxoval (produtos específicos a serem utilizados na loja do franqueado) e à inauguração (evento de abertura da loja do franqueado). A Companhia entende que tais itens representam um direito material e, portanto, foram considerados como uma obrigação de desempenho. A mensuração é feita com base no valor de mercado desses itens, sendo reconhecida inicialmente como uma receita diferida. No momento da abertura da loja do franqueado, essa receita diferida é apropriada para o resultado do exercício.

3.22.4.5 Franquias (fundo de propaganda)

No início do contrato, a Companhia cobra do franqueado um montante fixo, sendo que parte desse valor se destina ao fundo de propaganda (entrega mensal de vitrines). A Companhia entende que tal item representa um direito material e, portanto, foi considerado como uma obrigação de desempenho. A mensuração é feita com base no valor de mercado desse item, sendo reconhecida inicialmente como uma receita diferida. Essa receita diferida é apropriada para o resultado do exercício mediante a entrega das vitrines ao franqueado.

3.22.4.6 Franquias (direito de uso da marca)

No início do contrato, a Companhia cobra do franqueado um montante fixo, sendo que parte desse valor se refere ao uso da marca “Natura”. A Companhia entende que tal item representa um direito material e, portanto, foi considerado como uma obrigação de desempenho. A mensuração é feita com base no valor residual, ou seja, valor remanescente após excluir o valor de mercado dos cursos, treinamentos e consultorias, enxoval e inauguração, e fundo de propaganda. Esse valor é reconhecido inicialmente como uma receita diferida. Essa receita diferida é apropriada para o resultado, de forma linear, durante o prazo do contrato de franquia.

3.22.4.7 Receita de royalty

As vendas dos franqueados e subfranqueados da controlada The Body Shop, são reconhecidas quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, as mercadorias são transferidas para o cliente e o cliente têm o controle. A obrigação de desempenho é a licença para operar no mercado.

As receitas são alocadas à licença e isso é reconhecido ao longo do tempo de acordo com o contrato de licença. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*), a taxa de franquia inicial não é considerada uma obrigação de desempenho distinta e, como resultado, os valores cobrados do cliente por isso são alocados à obrigação de desempenho da licença e reconhecidos ao longo do prazo do acordo.

3.22.4.8 Incentivos relacionados a produtos “gratuitos” e brindes

A Companhia concede incentivos relacionados a produtos “gratuitos” e brindes para seus clientes (consultores(as) Natura e/ou consumidor final). Por ser considerado um direito material, a Companhia reconhece esse item como uma obrigação de desempenho. Considerando que o momento da entrega dos produtos e realização da obrigação de desempenho de entregar os produtos “gratuitos” ou brindes, acontece no mesmo momento, a Companhia concluiu que não é aplicável realizar uma alocação de preços e acompanhar essas duas obrigações de desempenho de forma separada.

3.23 Tributos sobre as vendas

Tributos sobre as vendas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: (i) quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Os incentivos fiscais relacionados aos tributos sobre as vendas referentes ao exercício corrente são reconhecidos na receita líquida da Companhia na demonstração do resultado do exercício.

3.23.1 Exclusão do ICMs nas bases de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS

Em 31 de março de 2017, a Companhia, baseada na conclusão do julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, (STF), do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, no qual foi definido pela sistemática de repercussão geral que o ICMs não pode compor as bases de cálculo do PIS e da COFINS, reverteu a provisão constituída no valor de R\$ 297.216 e passou a excluir mensalmente o valor do ICMs das contribuições para o PIS e para a COFINS. Á época, a decisão da Companhia foi pautada no posicionamento dos seus assessores legais que entendem que o julgamento da Suprema Corte deveria ser aplicável imediatamente a todos os contribuintes e, por isso, a perspectiva de perda das ações era classificada como remota.

Até 2021, a Companhia reconhecia contabilmente os créditos tributários oriundos das ações judiciais de exclusão do ICMs da base do PIS e da COFINS, a partir do trânsito em julgado destas ações judiciais. Os créditos existentes para os quais ações judiciais ainda não estavam encerradas eram tratados como ativos contingentes nas demonstrações financeiras. Em 13 de maio de 2021, o STF acatou em parte os embargos de declaração opostos pela União Federal (Recurso Extraordinário nº 574.706/PR), para modular os efeitos do julgado, com repercussão geral, de que o ICMs não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS e determinando (i) a produção dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017 (julgamento do mérito), ressaldadas as ações judiciais e procedimentos administrativos protocolados até aquela data; e (ii) que o ICMs a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais. Como resultado dessa decisão, que acabou com eventuais incertezas existentes em relação ao mérito, a Companhia reconheceu no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os créditos decorrentes dessa discussão no valor de R\$14.325, apresentados em outras despesas operacionais, líquidas e os encargos financeiros foram registrados em receitas financeiras.

3.23.2 Conceito de insumo para apuração de créditos das contribuições do PIS e da COFINS

A Companhia afirma que os créditos de PIS e COFINS são mensurados e apurados de forma confiável e baseados na melhor interpretação da legislação vigente e no cenário jurisprudencial do país, cuja evolução é permanentemente avaliada pela Companhia e por seus assessores jurídicos.

3.24 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.25 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se

O plano de opção de compra de ações, o plano de ações restritas, o programa de aceleração de estratégia e o programa de ações de desempenho são medidos pelo valor justo na data de outorga e a despesa é reconhecida no resultado durante o período de aquisição e em "Capital integralizado adicional" no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Administração revisa as estimativas quanto à quantidade de opções de ações/ações restritas e, quando aplicável, reconhece o efeito decorrente dessa revisão no resultado do exercício contra o patrimônio líquido. As premissas e os modelos utilizados para estimar o valor justo do plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas e programa de aceleração da estratégia estão divulgados na nota explicativa nº 26.1.

4.5. Impairment de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O valor em uso é calculado com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O fluxo de caixa decorre de orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração para prazo de três anos e complementados por prazo discricionário de dez anos estimados pela Administração, com valor terminal projetado para o final do período. O prazo de dez anos foi considerado para melhor alinhamento e suavização dos efeitos projetados entre o período discricionário e os efeitos calculados na perpetuidade. Os fluxos de caixa são elaborados seguindo as projeções do segmento operacional, considerando as expectativas do mercado para as operações, estimativas de investimentos e capital de giro, bem como outros fatores econômicos específicos da Companhia e a natureza de seus riscos e operações. O valor em uso é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como às margens operacionais consideradas, taxa de crescimento e perpetuidade utilizada para fins de extrapolação.

4.6. Provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes

A provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes é estimada com base no risco de perda em um modelo de *aging list*. As características das contas a receber da Companhia são: (i) componente financeiro material; (ii) carteira de recebíveis não complexa; e (iii) baixo risco de crédito.

Para contas a receber, a Companhia aplica a abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas ("ECL") com base nas perdas de crédito esperadas a cada data de relatório. A provisão é determinada com base: (i) na experiência histórica de perdas de crédito de cada uma das controladas, observadas em cada grupo do *aging list* de contas a receber e (ii) ajustes por fatores prospectivos específicos para os inadimplentes e o ambiente econômico. Um intervalo estimado é usado com base na média ponderada das perdas dos últimos 12 meses. O cálculo também considera a antiguidade do tempo de relacionamento do consultor de beleza independente e uma divisão entre contas a receber vencidas renegociadas e não renegociadas.

4.7. Provisão para perdas na realização dos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada utilizando-se de metodologia para contemplar produtos descontinuados, materiais com giro lento, materiais com prazo de validade expirado ou próximo da data de expiração, e materiais fora dos parâmetros de qualidade.

4.8. Arrendamentos - taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário

A Companhia não pode determinar imediatamente a taxa de juros implícita no arrendamento, portanto, ela usa sua taxa incremental sobre empréstimo ("IBR") para mensurar os passivos do arrendamento. A IBR é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar para tomar um empréstimo, em um prazo semelhante e com uma garantia semelhante, os recursos necessários para obter um ativo de valor similar ao ativo de direito de uso em um ambiente econômico semelhante. A IBR, portanto, reflete o que a Companhia "teria que pagar", o que requer uma estimativa quando não há taxas observáveis disponíveis (como para créditos que não entram em transações de financiamento) ou quando precisam ser ajustados para refletir os termos e condições do arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não são na moeda funcional da controlada).

A Companhia estima a IBR utilizando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e é obrigada a fazer certas estimativas específicas próprias.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelos comitês de gestão de risco das entidades do grupo, e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação do Comitê de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças, do Comitê Executivo e, caso necessário, do Conselho de Administração. A gestão de riscos das operações da Companhia é realizada pela Tesouraria Corporativa da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas. A gestão de risco das controladas Aesop e The Body Shop, é realizada pelas tesourarias locais, sob acompanhamento e aprovação pela Tesouraria Corporativa da Companhia.

5.2. Riscos associados aos desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. Em resposta, a Rússia anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, podem afetar adversamente nossos negócios. Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2022, a Administração da Companhia decidiu não dar continuidade às operações da controlada The Body Shop na Rússia e os impactos relacionados estão divulgados na nota explicativa nº 28.

A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento, incluindo a redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, a qual a Administração da Companhia avalia com base nas melhores informações disponíveis.

5.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação.

a) Riscos de mercado

Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros (detalhadas a seguir nessa nota).

Outros riscos de preço incluem, entre outros, exposições sobre instrumentos financeiros devido a mudanças em preços de commodities e matéria prima. Aspectos climáticos, como por exemplo a disponibilidade de matéria prima natural utilizada nos produtos e/ou alterações significativas no custo destes itens em vista da sua dependência de ambiente propício para colheita e/ou extração em conformidade com as premissas de sustentabilidade e os compromissos assumidos pela Companhia com o meio ambiente podem expor a Companhia a riscos adicionais de mercado que afetem as operações da entidade bem como a mensuração e/ou recuperabilidade de instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou esses riscos e concluiu não serem materiais. As divulgações acerca de riscos de taxa de juros e de liquidez discutidas abaixo trazem também outras considerações acerca de temas de sustentabilidade e mudanças climáticas.

Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Valor Justo (Nível 2)			
Descrição - Posição do balanço patrimonial	Controladora	Consolidado		
	2022	2021	2022	2021
Derivativos financeiros	(766.302)	533.491	(755.820)	530.937
Derivativos operacionais	-	-	(1.676)	251
Total	(766.302)	533.491	(757.496)	531.188

b) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros e operações em moedas diferentes de suas moedas funcionais, bem como a fluxos de caixa operacionais em moedas estrangeiras. Para a redução da referida exposição, foram implantadas políticas para proteger o risco cambial, que estabelecem níveis de exposição vinculados a esses riscos. Os procedimentos de tesouraria definidos pelas políticas vigentes incluem rotinas trimestrais de avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A política de proteção cambial da Companhia, considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações financeiras, bem como fluxos de caixa futuros, com prazo médio de seis meses, ainda não registrados no balanço patrimonial. Conforme a Política de Proteção Cambial, os derivativos contratados pela Companhia deverão eliminar risco cambial de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais e limitar as perdas por variação cambial de fluxos de caixas futuros.

Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo swap e termo de moeda ("NDF").

c) Instrumentos derivativos para proteção do risco de câmbio

A Companhia classifica os instrumentos financeiros derivativos entre financeiros e operacionais. Os financeiros são derivativos do tipo swap ou forward, e contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos, financiamentos, títulos de dívida, despesas e mútuos denominados em moeda estrangeira. Os operacionais são instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa operacionais do negócio. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de instrumentos financeiros derivativos estão assim compostos:

Derivativos financeiros

Controladora Descrição	Valor justo		Ganho (perda) de ajuste a valor justo	
	2022	2021	2022	2021
Contratos de swap: ^(a)				
Ponta ativa:				
Posição comprada dólar	6.108.505	6.881.981	34.867	978.350
Ponta passiva:				
Taxa CDI pós-fixada:				
Posição vendida no CDI	(6.874.285)	(6.348.443)	(697.678)	(823.887)
Posição Natura Cosméticos	(522)	(47)	(521)	(48)
Total de instrumentos financeiros derivativos, líquido:	(766.302)	533.491	(663.332)	154.415

Consolidado Descrição	Valor justo		Ganho (perda) de ajuste a valor justo	
	2022	2021	2022	2021
Contratos de swap: ^(a)				
Ponta ativa:				
Posição comprada dólar	6.108.505	6.881.981	34.867	978.350
Ponta passiva:				
Taxa CDI pós-fixada:				
Posição vendida no CDI	(6.874.285)	(6.348.443)	(697.678)	(823.887)
Contratos de NDF e forward:				
Posição Natura Cosméticos	(521)	(47)	(521)	(48)
Posição vendida na taxa interbancária	10.481	(2.554)	171	(12)
Total de instrumentos financeiros derivativos, líquido:	(755.820)	530.937	(663.161)	154.403

a) As operações de swap consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificados de depósito interbancário - CDI pós-fixado - no caso do Brasil. Segue abaixo a movimentação do saldo de instrumentos derivativos líquidos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.879.348	1.863.496
Ganho decorrentes dos contratos de operações com instrumentos derivativos (swap e forward) do exercício (não realizadas)	516.292	480.336
Recebimento de recursos por liquidação com instrumentos derivativos - atividade operacional	(56.365)	(34.186)
Pagamento de recursos por liquidação com instrumentos derivativos - atividade de financiamento	(1.589.839)	(1.568.396)
Perdas em operação de hedge de fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	(215.945)	(210.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	533.491	531.188
Perdas decorrentes dos contratos de operações com instrumentos derivativos (swap e forward) do exercício (não realizadas)	(982.047)	(972.134)
Pagamento de recursos por liquidação com instrumentos derivativos - atividade operacional	538.094	532.019
Recebimento de recursos por liquidação com instrumentos derivativos - atividade de financiamento	(57.477)	(57.225)
Perdas em operação de hedge de fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	(798.363)	(793.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(766.302)	(759.443)

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio de bolsas de valores, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

Derivativos operacionais - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos do tipo forward, com o objetivo de proteger o risco cambial dos fluxos de caixa operacionais (como operações de importação e exportação):

	Valor justo	
Descrição	2022	2021
Posição líquida GBP e USD	6.307	(404)
Contratos de forward	(6.633)	655
Posição AESOP	(1.350)	-
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	(1.676)	251

Análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Companhia entende que é importante considerar, além dos ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial, o valor justo dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia para proteção de determinadas exposições em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira ^(a)	(5.252.375)	(5.897.015)
Contas a receber registradas no Brasil em moeda estrangeira	198.063	9.626
Contas a pagar registradas no Brasil em moeda estrangeira	(6.921)	(30.618)
Valor justo dos derivativos financeiros	6.107.983	6.881.934
Exposição ativa líquida	1.046.750	963.927
(a) Não considera os custos de transação.		

Nesta análise considera-se somente os ativos e passivos financeiros registrados no Brasil em moeda estrangeira, pois a exposição cambial nos demais países é próxima de zero, em decorrência da moeda forte e da efetividade de seus derivativos, e considera-se que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de compras e vendas. As tabelas seguintes demonstram a projeção de perda incremental que teria sido reconhecida no resultado do exercício subsequente, supondo estática a exposição cambial líquida atual e os seguintes cenários:

	Controladora			
Paridade - R\$ x US\$	5.2177	5.3798	4.0348	2.6899
	Exposição	Cenário	Cenário I	Cenário II
			Depreciação	Depreciação
	Real	Provável	25%	50%
Operação/Instrumento				
Ativos denominados em US\$				
Valor justo dos derivativos financeiros	6.107.983	6.297.712	4.723.284	3.148.856
Contas a receber registradas no Brasil em moeda estrangeira	198.063	204.215	153.161	102.108
Passivos denominados em US\$				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(5.252.375)	(5.415.528)	(4.061.646)	(2.707.764)
Contas a pagar registradas em moeda estrangeira	(6.921)	(7.134)	(5.350)	(3.567)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido	1.046.750	32.515	(237.301)	(507.117)

	Consolidado			
Paridade - R\$ x US\$	5.2177	5.3798	4.0348	2.6899
	Exposição	Cenário	Cenário I	Cenário II
			Depreciação	Depreciação
	Real	Provável	25%	50%
Operação/Instrumento				
Ativos denominados em US\$				
Valor justo dos derivativos financeiros	6.101.351	6.290.874	4.718.155	3.145.437
Contas a receber registradas no Brasil em moeda estrangeira	505.103	520.793	390.595	260.396
Passivos denominados em US\$				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(5.252.375)	(5.415.528)	(4.061.646)	(2.707.764)
Contas a pagar registradas em moeda estrangeira	(12.165)	(12.542)	(9.407)	(6.270)

Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting) A Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (hedge accounting) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos, financiamentos e debêntures denominados em moeda estrangeira e outras despesas da Companhia, para os instrumentos derivativos contratados para proteção de compras de materiais nacionalizados da controlada Natura Indústria e para os instrumentos derivativos contratados para proteção dos fluxos de caixa operacionais originados das transações de compra e venda em moeda estrangeira da controlada The Body Shop.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia designou para contabilidade de hedge os instrumentos financeiros derivativos (swaps a termo) contratados em maio de 2021 que tem por objetivo a proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis aos títulos representativos de dívida da Companhia ("Notas ESG") emitidos naquela data (vide nota explicativa nº18.1).

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Instrumento de Hedge de fluxo de caixa - Controladora

Objeto de proteção	Moeda de referência (Nocional)	Valor justo	Outros resultados abrangentes	
			Ganho (perda) acumulado do contrato	Perda no exercício
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL (766.302)	(765.286)	(798.363)
Instrumento de Hedge de fluxo de caixa - Consolidado				
Objeto de proteção	Moeda de referência (Nocional)	Valor justo	Outros resultados abrangentes	
			Ganho (perda) acumulado do contrato	(Perda) ganho no exercício
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL (766.302)	(765.286)	(798.363)
Contratos Forward (AESOP)	Moeda	BRL (1.350)	(1.350)	(1.350)
Contratos Forward (The Body Shop)	Moeda	BRL 4.757	4.757	4.757
Contratos Forward (Natura Indústria)	Moeda	BRL 1.673	1.673	1.665
Total		(761.222)	(760.206)	(793.291)

(*) As posições de instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de valor justo não são relevantes, portanto, não as estamos divulgando. A movimentação da reserva de hedge de fluxo de caixa registradas em outros resultados abrangentes está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020	164.354	159.075
Mudança no valor justo do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes	(215.945)	(210.062)
Efeitos tributários sobre o valor justo do instrumento de hedge	73.421	72.938
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021	21.830	21.951

Mudança no valor justo do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes (798.363) (793.291) Efeitos tributários sobre o valor justo do instrumento de hedge 271.443 269.681

Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2022 (505.090) (501.659)

A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional, e no valor projetado de fluxos de caixa operacionais em moeda estrangeira.

Existe uma relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos correspondem aos (i) termos das transações previstas e altamente prováveis (por exemplo, o valor nacional e a data de pagamento esperada) para o caso dos instrumentos derivativos contratados para proteção de compras altamente prováveis; e (ii) termos associados às dívidas contratadas em moeda estrangeira as quais estão protegidas por derivativos que visam eliminar a variabilidade dos fluxos de caixa associados à dívida em dólar.

A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de hedge de 1:1 para as relações de hedge, já que os riscos subjacentes dos contratos são idênticos aos componentes de risco protegidos. Para testar a efetividade do hedge, a Companhia usa o método do derivativo hipotético e compara as mudanças no valor justo dos instrumentos de hedge com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

As fontes de inefetividade, historicamente imateriais, podem ser oriundas de: (i) diferenças no timing dos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de hedge; (ii) índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de hedge; (iii) o risco de crédito das contrapartes ter impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de hedge e itens protegidos; e (iv) alterações na quota prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de hedge.

d) Risco de taxa de juros O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas associam a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo

	Menos de um ano	Um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total de fluxo de caixa esperado	Juros a incorrer	Valor contábil
Controladora						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	468.201	3.225.767	6.296.516	9.990.484	(2.368.511)	7.621.973
Passivo de arrendamento	130.163	416.004	77.416	623.583	(166.211)	457.372
Fornecedores e operações de "risco sacado" e fornecedores - partes relacionadas	1.328.941	-	-	1.328.941	-	1.328.941
Instrumentos financeiros derivativos	609.683	1.504.007	(1.347.388)	766.302	-	766.302
Consolidado						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	468.420	3.225.767	6.296.516	9.990.703	(2.368.511)	7.622.192
Passivo de arrendamentos	853.348	1.613.176	812.958	3.279.482	(544.948)	2.734.534
Fornecedores e operações de "risco sacado" e fornecedores - partes relacionadas	3.334.944	-	-	3.334.944	-	3.334.944
Instrumentos financeiros derivativos	600.877	1.504.007	(1.347.388)	757.496	-	757.496

As captações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referem-se basicamente:

- Emissão de notas promissórias pela Companhia no valor de R\$ 500,0 milhões com vencimento em 2025;
- A Companhia celebrou a sua 11ª emissão de debêntures em julho de 2022, onde foram emitidas

Consolidado	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Valor contábil		Valor justo	
				2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros							
Caixa e equivalente de caixa							
Caixa e equivalentes de caixa	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.107.468	2.347.933	1.107.468	2.347.933
Certificado de depósitos bancários		Custo amortizado	Nível 2	9.582	2.077	9.582	2.077
Operações compromissadas		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	937.617	490.186	937.617	490.186
				2.054.667	2.840.196	2.054.667	2.840.196
Títulos e valores mobiliários							
Títulos públicos							
Letras financeiras	7	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	30.916	376.269	30.916	376.269
Fundo de investimento mútuo		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	530.868	556.684	530.868	556.684
Fundo Dynamo Beauty Ventures Ltd.		Valor justo por meio do resultado	Nível 3	1.228.093	896.212	1.228.093	896.212
				35.235	36.921	35.235	36.921
				1.825.112	1.866.086	1.825.112	1.866.086
Contas a receber de clientes e Contas a receber de clientes - partes relacionadas							
Depósitos judiciais	8 e 30	Custo amortizado	Nível 2	3.278.486	2.642.116	3.278.486	2.642.116
Instrumentos derivativos financeiros e operacionais	12	Custo amortizado	Nível 2	335.540	321.960	335.540	321.960
				803.814	974.233	803.814	974.233
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
Empréstimos em moeda local	18	Custo amortizado	Nível 2	(2.449.227)	(2.493.668)	(2.065.770)	(2.100.465)
Empréstimos em moeda estrangeira	18	Custo amortizado	Nível 2	(5.172.965)	(5.802.715)	(5.755.272)	(5.755.272)
				(7.622.192)	(8.296.383)	(7.821.042)	(7.855.737)
Instrumentos derivativos financeiros e operacionais							
Passivos de arrendamento	17	Custo amortizado	Nível 2	(1.561.310)	(443.045)	(1.561.310)	(443.045)
Despesas antecipadas com seguros	13	Custo amortizado	Nível 2	(2.734.534)	(2.832.197)	(2.734.534)	(2.832.195)
Fornecedores e operações de "risco sacado e fornecedores - partes relacionadas"	19 e 30	Custo amortizado	Nível 2	(3.334.944)	(3.082.194)	(3.334.944)	(3.082.194)
Seguros a pagar	22	Custo amortizado	Nível 2	(5.716)	(50.406)	(5.716)	(50.406)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	30	Custo amortizado	Nível 2	-	(153.656)	-	(153.656)

Na mensuração, o valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo, como descrito abaixo:

(i) os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e demais passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos;

(ii) os saldos de aplicações financeiras (a), mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e (b) mensuradas a valor justo em contrapartida ao resultado consideram as taxas pactuadas entre as partes na contratação dos investimentos, incluindo informações de mercado que possibilitem tal cálculo;

(iii) exceto pela emissão de certificados de recebíveis mobiliários em 2022, os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo, o qual não difere de forma material dos valores contábeis na medida em que os juros pactuados são consistentes com taxas correntes de mercado; e

(iv) o valor justo dos derivativos de câmbio (swap e forward) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

O valor justo do investimento no Fundo DBV, classificado no nível 3 da hierarquia do valor justo é calculado com base nas informações sobre o valor líquido do investimento no Fundo (NAV) calculado pelo gestor do Fundo com base em premissas de avaliação consistentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, ajustado para refletir as premissas de valor justo aplicáveis à natureza do investimento da Companhia. A avaliação da Companhia leva em consideração inputs não observáveis no modelo, de forma a refletir as restrições contratuais sobre este investimento para resgate antecipado e negociação do título no mercado. Os inputs significativos não observáveis utilizados nas mensurações do valor justo refletem um desconto por falta de liquidez do título, os quais representam os valores que a Companhia determinou que os agentes de mercado levariam em consideração para estes descontos ao definir o preço do investimento. Aumento (redução) em 1% no desconto aplicado (12,4%) resultaria em aumento (redução) no valor justo do investimento de R\$402 (R\$ 438 em 2021).

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 para esses ativos e passivos.

Adicionalmente não houve no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 efeitos materiais no valor justo de ativos e passivos financeiros como consequência de aumento na volatilidade de preços em mercados afetados pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, risco de contraparte em ativos financeiros ou inadimplência de recursos considerados na avaliação.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fundos de investimento exclusivos (i)	1.218.524	1.151.079	-	-
Fundos de investimento mútuo(ii)	-	-	1.228.093	896.212
Letras financeiras (i)	-	-	530.868	556.684
Títulos públicos (LFT) (i)	-	-	7.033	30.916
Fundo DVB	35.235	36.921	35.235	36.921
	1.253.759	1.195.033	1.825.112	1.866.086
Circulante	1.218.524	1.158.112	1.789.877	1.829.165
Não circulante	35.235	36.921	35.235	36.921

a) A Companhia concentra parte de suas aplicações em Fundos de investimento exclusivos e possui participação em cotas do Fundo de Investimento Essencial. Os valores das cotas detidas pela Companhia são apresentados na rubrica "Fundo de investimentos exclusivo" na Controladora. As demonstrações financeiras do Fundo de investimento exclusivo, no qual o grupo possui participação exclusiva (100% das cotas), foram consolidadas, exceto cotas do Instituto Natura, sendo que os valores de sua carteira foram segregados por tipo de aplicação e classificados como equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários, tomando-se como base as práticas contábeis adotadas pela Companhia. Para fins de apresentação consolidada, o saldo dos fundos de investimento exclusivos, bem como, as posições das demais controladas são apresentadas conforme o componente financeiro.

O saldo em 31 de dezembro de 2022, referente a linha Crer Para Ver dentro dos fundos de investimento exclusivos, é de R\$91.340 (R\$96.070 em 31 de dezembro de 2021).

b) Fundos de investimento mútuo referem-se as aplicações de algumas controladas da Companhia, os quais estão concentrados em entidades na Argentina, Chile, Colômbia e México.

c) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações em Letras Financeiras são remuneradas por uma taxa média de 109,69% do CDI (120,0% em 31 de dezembro de 2021).

d) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações em Títulos Públicos (LFT) são remuneradas por uma taxa média de 100,02% do CDI (102,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A composição dos títulos que compõem a carteira do Fundo de Investimento Essencial, o qual a Companhia detém 100% de participação, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Certificados de depósitos bancário	1.512	-
Operações compromissadas (caixa e equivalentes de caixa)	937.617	490.186
Letras financeiras	530.868	556.684
Títulos públicos (LFT)	30.916	36.923
	1.500.913	1.416.106

Esses valores são apresentados juntamente com os demais investimentos de mesma natureza da Companhia no consolidado.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de clientes	1.472.982	1.244.883	2.595.042	2.379.702
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(92.489)	(100.400)	(206.951)	(204.784)
	1.380.493	1.144.483	2.388.091	2.174.918

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento líquida da provisão para perdas de crédito esperadas. A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por exposição de risco de perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022		2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Contas a receber de clientes	Provisão para perdas de crédito esperadas	Contas a receber de clientes	Provisão para perdas de crédito esperadas
A vencer	1.231.996	(14.988)	2.115.497	(79.033)
Vencidos:				
Até 30 dias	97.436	(15.290)	221.496	(25.598)
De 31 a 60 dias	49.580	(15.555)	73.663	(18.432)
De 61 a 90 dias	32.234	(12.965)	58.662	(15.905)
De 91 a 180 dias	61.736	(33.691)	125.724	(67.983)
	1.472.982	(92.489)	2.595.042	(206.951)
			1.244.883	(100.400)
			2.379.702	(204.784)

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(79.176)	(166.426)		
Adições, líquidas de reversões	(325.869)	(440.964)		
Baixas (i)	304.645	401.605		
Ajuste de conversão	-	1.001		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(100.400)	(204.784)		
Adições, líquidas de reversões	(129.774)	(239.027)		
Baixas (i)	137.685	226.873		
Ajuste de conversão	-	9.987		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(92.489)	(206.951)		

a) Refere-se a títulos vencidos há mais de 180 dias que são baixados quando a Companhia não tem expectativa de recuperação do contas a receber de clientes e vendas das carteiras de clientes.

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados	382.995	461.106	1.991.064	2.358.371
Matérias-primas e materiais de embalagem	-	-	468.679	501.810
Materiais auxiliares	47.663	79.908	91.093	124.523
Produtos em elaboração	-	-	55.771	38.102
(-) Provisão para perdas na realização dos estoques	(4.617)	(3.495)	(210.421)	(277.449)
	426.041	537.519	2.396.186	2.745.357

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para os

14. INVESTIMENTOS

	Indústria e Comércio de Cosméticos		Natura		Natura		Natura		Natura		Natura		Natura		Natura		Natura		Natura		Natura	
	Cosméticos		Cosméticos		Cosméticos		Cosméticos		Cosméticos		Cosméticos		Cosméticos		Cosméticos		Cosméticos		Cosméticos		Cosméticos	
	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura	Natura
Porcentual de participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido das controladas	1.705.166	338.970	23.934	661.709	495.737	186.673	5.067.891	68.151	103.229	109.630	5.430	7.001	12.355	17.597	4.041	1.227.885	(566)	10.034.833	(566)	(3.896)	(3.896)	(3.896)
Participação no patrimônio líquido	1.664.082	338.938	23.934	661.642	495.637	186.673	5.067.891	68.152	103.227	109.630	4.887	6.994	12.355	17.597	4.041	1.227.885	(566)	9.992.998	(566)	(3.895)	(3.895)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das controladas	87.883	54.233	19.928	102.160	108.674	39.968	(402.990)	(3.072)	18.702	(20.484)	430	-	(13.505)	503	(12.140)	156.470	-	136.760	-	(1.356)	(1.356)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.561.212	304.385	3.538	707.451	391.347	194.569	6.742.707	71.224	84.525	75.113	4.500	7.914	17.094	8.858	1.282.978	(642)	11.456.773	(566)	(2.539)	(2.539)	(2.539)	(2.539)
Resultado de equivalência patrimonial	87.883	54.233	19.928	102.160	108.674	39.968	(402.990)	(3.072)	18.702	(20.484)	387	-	(13.505)	503	(12.140)	156.470	-	136.695	-	(1.356)	(1.356)	
Vaniação cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	(270)	(19.680)	468	(225.892)	(3.880)	(47.864)	(1.309.133)	-	-	-	-	-	-	-	(2.664)	(173.510)	76	(1.782.349)	-	-	-	
Efeito ajuste economia hiperinflacionária	-	-	-	269.620	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.620	-	-	-
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas líquido dos efeitos tributários	4.896	9.262	-	-	-	-	17.573	-	-	-	-	646	-	-	-	15.571	-	38.686	-	-	-	-
Ganho (perdas) atuárias	1.099	-	-	-	-	(482)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.780	-	-	-	-
Efeito sobre hedge accounting líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. para provisão de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	566	567	(566)	-	-
Aumentos de capital	-	-	786	-	-	-	-	-	-	-	55.000	6.994	17.300	9.987	-	106.238	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.664.082	338.938	23.934	661.642	495.637	186.673	5.067.890	68.152	103.227	109.630	4.887	6.994	12.355	17.597	4.041	1.227.885	(566)	9.993.564	(566)	(3.895)	(3.895)	(3.895)

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas: Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.; Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. e Natura Logística e Serviços Ltda. Natura Cosméticos de México S.A.; Natura Cosméticos e Serviços de México, S.A. de C.V., Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V. Natura (Brasil) International B.V. - Holanda; Natura (Brasil) International B.V. (Holanda), Natura Brasil Inc. (EUA - Delaware), Natura International Inc. (EUA - Nova York), Natura Europa SAS (França) e The Body Shop International Limited. Natura Brazil Pty. Ltd.; Natura Brazil Pty. Ltd., Natura Cosmetics Australia Pty. Ltd. e Emeis Holdings Pty. Ltd.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 17/03/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/17/NATURA1568311717032023.pdf>
Hash: 167900413560e26ca413b4dcd9065ea5b5ee4b8056

exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.211)	(234.381)		
Adições, líquidas de reversões (i)	(7.770)	(230.695)		
Baixas (ii)	7.486	185.56		

15. IMOBILIZADO

	Controladora					
	Vida útil em anos	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Valor de custo:						
Veículos	2 a 5	963	1	(245)	-	719
Ferramentas e acessórios	3 a 20	1.177	-	-	-	1.177
Máquinas e acessórios	3 a 15	251.286	361	(1.888)	2.043	251.802
Benfeitoria em propriedade de terceiros	2 a 20	149.200	-	-	119	149.319
Móveis e utensílios	2 a 25	32.401	-	(2.845)	182	29.738
Terrenos	-	4.413	-	-	-	4.413
Equipamentos de informática	3 a 15	141.591	-	(137)	4.165	145.619
Projetos em andamento	-	24.832	26.692	-	(11.246)	40.278
Total custo		605.863	27.054	(5.115)	(4.737)	623.065
Valor da depreciação:						
Veículos	-	(943)	-	245	-	(698)
Ferramentas e acessórios	-	(246)	(95)	-	-	(341)
Máquinas e acessórios	-	(123.428)	(15.418)	1.048	-	(137.798)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	-	(59.025)	(9.579)	-	-	(68.604)
Móveis e utensílios	-	(12.054)	(2.113)	1.513	-	(12.654)
Equipamentos de informática	-	(118.691)	(8.019)	60	-	(126.650)
Total depreciação		(314.387)	(35.224)	2.866	-	(346.745)
Total líquido		291.476	(8.170)	(2.249)	(4.737)	276.320

	Controladora					Outras movimentações	2021
	Vida útil em anos	2020	Adições	Baixas	Transferências		
Valor de custo:							
Veículos	2 a 5	1.750	16	(803)	-	-	963
Ferramentas e acessórios	3 a 20	1.177	-	-	-	-	1.177
Máquinas e acessórios	3 a 15	245.638	66	(671)	6.253	-	251.286
Benfeitoria em propriedade de terceiros	2 a 20	130.394	-	(30)	18.836	-	149.200
Móveis e utensílios	2 a 25	27.111	-	(30)	5.320	-	32.401
Terrenos	-	4.470	30	-	(87)	-	4.413
Equipamentos de informática	3 a 15	130.136	185	(39)	11.309	-	141.591
Projetos em andamento	-	44.516	16.710	-	(36.480)	86	24.832
Total custo		585.192	17.007	(1.573)	5.151	86	605.863
Valor da depreciação:							
Veículos	-	(1.542)	(66)	665	-	-	(943)
Ferramentas e acessórios	-	(161)	(85)	-	-	-	(246)
Máquinas e acessórios	-	(105.711)	(18.177)	462	(2)	-	(123.428)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	-	(48.365)	(10.678)	17	1	-	(59.025)
Móveis e utensílios	-	(9.953)	(2.121)	20	-	-	(12.054)
Equipamentos de informática	-	(103.738)	(11.027)	25	(3.951)	-	(118.691)
Total depreciação		(269.470)	(42.154)	1.189	(3.952)	-	(314.387)
Total líquido		315.722	(25.147)	(384)	1.199	86	291.476

	Consolidado							
	Vida útil em anos	2021	Adições	Baixas	Impairment	Transferências	Ajustes de conversão	2022
Valor de custo:								
Veículos	2 a 5	36.377	1	(2.949)	-	8.371	(171)	41.629
Moldes	3	191.840	-	(2.310)	-	14.976	(329)	204.177
Ferramentas e acessórios	3 a 20	12.918	114	(1.852)	-	740	3	11.923
Instalações	3 a 60	306.436	-	(211)	-	3.403	(6.018)	303.610
Máquinas e acessórios	3 a 15	987.797	9.381	(25.881)	-	65.004	(11.053)	1.025.248
Benfeitoria em propriedade de terceiros	2 a 20	1.044.609	67.399	(31.510)	(1.665)	92.277	(98.456)	1.072.654
Edifícios	14 a 60	390.621	2.995	-	-	2.119	(236)	395.499
Móveis e utensílios	2 a 25	616.548	71.040	(36.731)	(7.629)	32.123	(50.464)	624.887
Terrenos	-	35.027	-	-	-	65	(399)	34.693
Equipamentos de informática	3 a 15	450.709	23.701	(23.204)	(191)	(76.641)	(30.845)	343.529
Projetos em andamento	-	253.267	231.551	(984)	-	(221.591)	2.460	264.703
Total custo		4.326.149	406.182	(125.632)	(9.485)	(79.154)	(195.508)	4.322.552
Valor da depreciação:								
Veículos	-	(14.604)	(2.620)	2.298	-	6.460	(8.466)	
Moldes	-	(174.164)	(7.841)	2.310	-	210	(179.485)	
Ferramentas e acessórios	-	(4.418)	(874)	1.823	-	67	(3.402)	
Instalações	-	(185.371)	(16.342)	192	-	4.197	(197.324)	
Máquinas e acessórios	-	(539.554)	(60.726)	23.984	-	17.202	(559.094)	
Benfeitoria em propriedade de terceiros	-	(569.394)	(119.437)	30.074	-	5	53.558	
Edifícios	-	(116.719)	(7.592)	-	-	(559)	(124.870)	
Móveis e utensílios	-	(357.616)	(84.597)	30.022	-	(36)	29.480	
Equipamentos de informática	-	(333.119)	(75.294)	24.130	-	66.959	25.807	
Total depreciação		(2.294.959)	(375.323)	114.833	-	66.928	136.422	(2.352.099)
Total líquido		2.031.190	30.859	(10.799)	(9.485)	(12.226)	(59.086)	1.970.453

	Consolidado								
	Vida útil em anos	2020	Adições	Baixas	(Impairment) reversão de impairment	Transferências	Ajustes de conversão	2021	
Valor de custo:									
Veículos	2 a 5	53.569	808	(21.995)	-	(16)	4.011	36.377	
Moldes	3	187.852	2.097	-	-	2.042	(151)	191.840	
Ferramentas e acessórios	3 a 20	12.582	-	(538)	-	884	(10)	12.918	
Instalações	3 a 60	292.351	253	(6.397)	-	17.622	2.607	306.436	
Máquinas e acessórios	3 a 15	930.503	13.844	(11.410)	-	40.702	14.158	987.797	
Benfeitoria em propriedade de terceiros	2 a 20	888.244	85.641	(30.958)	(2,074)	87.800	15.956	1.044.609	
Edifícios	14 a 60	393.936	-	-	394	(7.181)	3.472	390.621	
Móveis e utensílios	2 a 25	526.282	100.414	(33.064)	3,948	15,708	3,292	616,548	
Terrenos	-	35.896	30	(1.203)	-	(87)	391	35,027	
Equipamentos de informática	3 a 15	386.909	36.785	(7.222)	-	29,576	4,661	450,709	
Projetos em andamento	-	202.944	268.392	(25.664)	-	(193.262)	857	253,267	
Total custo		3.911.068	508.264	(138.483)	-	2.268	(6.212)	49.244	4.326.149
Valor da depreciação:									
Veículos	-	(21.893)	(8.729)	13.891	-	2.127	(14.604)		
Moldes	-	(166.536)	(7.705)	-	-	77	(174.164)		
Ferramentas e acessórios	-	(4.219)	(772)	538	-	35	(4.418)		
Instalações	-	(174.839)	(14.704)	4.977	-	248	(1.852)		
Máquinas e acessórios	-	(469.477)	(74.339)	9.724	-	(1)	(5.461)		
Benfeitoria em propriedade de terceiros	-	(461.199)	(131.454)	28.527	-	(247)	(569.394)		
Edifícios	-	(108.181)	(8.553)	-	-	15	(116.719)		
Móveis e utensílios	-	(312.662)	(87.905)	24.420	(291)	2	18.820		
Equipamentos de informática	-	(274.079)	(59.725)	5.921	-	(3.950)	(1.286)		
Total depreciação		(1.993.085)	(393.886)	87.998	(291)	(3.948)	8.253	(2.294.959)	
Total líquido		1.917.983	114.378	(50.485)	1.977	(10.160)	57.497	2.031.190	

16. INTANGÍVEL

	Controladora						
	Vida útil em anos	2021	Adições	Baixas	Transferências	Outras movimentações	2022
Valor de custo:							
Software	3 a 10	1.170.137	38.840	(107)	242.300	-	1.451.170
Outros intangíveis e intangíveis em desenvolvimento	2	214.763	196.521	-	(237.563)	-	173.721
Total custo		1.384.900	235.361	(107)	4.737	-	1.624.891
Valor da amortização:							
Software	-	(767.953)	(173.593)	20	-	(2.937)	(944.463)
Outros intangíveis	-	-	(808)	-	-	-	(808)
Total amortização acumulada		(767.953)	(174.401)	20	-	(2.937)	(945.271)
Total líquido		616.947	60.960	(87)	4.737	(2.937)	679.620

	Controladora						
	Vida útil em anos	2020	Adições	Baixas	Transferências	Outras movimentações	2021
Valor de custo:							
Software	3 a 10	1.006.362	20.024	(2.256)	146.007	-	1.170.137
Outros intangíveis e intangíveis em desenvolvimento	2	116.461	249.972	(511)	(151.159)	-	214.763
Total custo		1.122.823	269.996	(2.767)	(5.152)	-	1.384.900
Valor da amortização:							
Software	-	(639.652)	(132.395)	1.219	3.953	(1.078)	(767.953)
Outros intangíveis	-	(510)	-	510	-	-	-
Total amortização acumulada		(640.162)	(132.395)	1.729	3.953	(1.078)	(767.953)
Total líquido		482.661	137.601	(1.038)	(1.199)	(0.078)	616.947

	Consolidado							
	Vida útil em anos	2021	Adições	Baixas	(Impairment) reversão de impairment	Transferências	Ajustes de conversão	2022
Valor de custo:								
Software	2,5 a 10	1.921.927	155.044	(36.465)	(21.381)	414.583	(75.675)	2.358.033
Marcas e patentes (vida útil definida)	25	166.758	-	-	-	(20.017)	-	146.741
Marcas e patentes (vida útil indefinida)	-	3.063.662	-	(43)	-	(641.879)	-	2.421.740
Goodwill Emeis Brazil Pty Ltd. (6)	-	143.180	-	-	-	(18.865)	-	124.315
Goodwill The Body Shop (8)	-	2.063.672	-	-	(2.599)	(415.546)	-	1.645.527
Goodwill aquisição de lojas The Body Shop	-	1.456	-	-	-	-	-	1.456
Relacionamento com clientes varejistas	10	2.880	-	-	-	(297)	-	2.583
Fundo de comércio (vida útil indefinida) (6)	-	22.934	268	(152)	(623)	-	(2.165)	20.262
Fundo de comércio (vida útil definida) (6)	3 a 18	16.414	-	(3.618)	(940)	-	(1.977)	9.879
Relacionamento com franqueados e subfranqueados (6)	15	850.048	-	-	-	(171.680)	-	678.368
Outros intangíveis e intangíveis em desenvolvimento	2 a 10	276.344	205.880	(21)	-	(336.346)	(15.917)	129.940
Total custo		8.529.275	361.192	(40.299)	(25.543)	78.237	(1.364.018)	7.538.844
Valor da amortização:								
Software	-	(1.088.631)	(305.505)	35.794	-	(66.880)	27.140	(1.398.082)
Marcas e patentes	-	(70.879)	(5.653)	-	-	6.881	(69.651)	
Fundo de comércio	-	(16.517)	-	4.505	-	1.909	(10,103)	
Relacionamento com clientes varejistas	-	(3.218)	(42)	-	-	292	(2,968)	
Relacionamento com franqueados e subfranqueados	-	(245.751)	(37,436)	-				

a) As Vidas úteis aplicadas referem-se ao prazo dos contratos em que a Companhia tem certeza que utilizará os ativos subjacentes aos contratos de arrendamento de acordo com as condições contratuais.
 b) Referente ao fundo de comércio relacionado ao aluguel de lojas. Este montante é transferido do direito de uso para o ativo intangível quando um novo acordo comercial com o locador ainda não esteja assinado.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Valores reconhecidos na demonstração de resultado:				
Despesa financeira sobre arrendamento	43.733	32.207	150.583	149.256
Amortização de direito de uso	85.370	70.989	774.489	819.276
Apropriação no resultado de parcelas variáveis de arrendamento não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento	-	-	66.628	64.440
Receitas com sublocações	-	-	(2.362)	(2.571)
Despesas de arrendamento de curto prazo e ativos de baixo valor	7.649	2.817	63.263	82.660
Benefícios concedidos pelo arrendador relacionados a Covid-19	-	-	(18.374)	(78.781)
Ajuste ao valor recuperável de ativo de direito de uso - impairment	-	-	30.785	-
Outras despesas relacionadas a arrendamentos	-	-	69.284	58.609
Total	136.752	106.013	1.134.296	1.092.889

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Valores reconhecidos nas atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa:				
Pagamento de arrendamentos (principal)	51.735	63.915	741.768	821.895
Valores reconhecidos nas atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa:				
Pagamento de arrendamentos (juros)	43.733	39.913	147.243	157.406
Pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	-	-	63.302	65.152
Pagamentos de arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor	-	-	48.217	73.380
Outros pagamentos relacionados a arrendamentos	-	-	102.354	95.824
Total	95.468	103.828	1.102.584	1.213.657

a) Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Circulante	88.677	74.170	706.437	786.427
Não circulante	368.695	331.031	2.028.097	2.045.770
Total	457.372	405.201	2.734.534	2.832.197

Segue, abaixo, a movimentação do saldo de passivo de arrendamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	341.464	2.974.707
Novos contratos e modificações	135.657	713.485
Pagamentos - principal	(63.915)	(821.895)
Pagamentos - juros	(39.913)	(157.406)
Apropriação de encargos financeiros	32.207	149.256
Baixas ⁽ⁱ⁾	(299)	(105.790)
Ajuste de conversão	-	79.840
Saldo em 31 de dezembro de 2021	405.201	2.832.197
Novos contratos e modificações	103.907	947.434
Pagamentos - principal	(51.735)	(741.768)
Pagamentos - juros	(43.733)	(147.243)
Apropriação de encargos financeiros	43.732	150.583
Baixas ⁽ⁱ⁾	-	(8.140)
Ajuste de conversão	-	(298.529)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	457.372	2.734.534

a) Refere-se principalmente ao término de contratos relacionados a arrendamento de lojas.
 O valor dos pagamentos de passivo de arrendamento, considerando os pagamentos de juros, e correspondentes vencimentos, estão divulgados na nota 5.3 Item f.
 A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, de acordo com os prazos. Como descrito na nota explicativa nº 3.1.3.2, a Companhia adotou como taxa de desconto do passivo de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação publicadas no Ofício Circular nº 02/19 da CVM, a Companhia fornece, abaixo, informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período. A maior parte do passivo de arrendamento se refere as operações das controladas The Body Shop e Aesop, os quais os principais contratos foram assinados substancialmente em países de economias desenvolvidas. Portanto, para estes países, os efeitos potenciais do desconto não seriam significativos dado ao histórico de baixa inflação nestes países.

	Fluxo contratual pagamentos - consolidados						
	Taxa média	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Maturidade	desconto						
5,5% a	-	-	-	-	-	-	-
2023-2024	16,3%	29.697	13.790	-	-	-	-
5,4% a	-	-	-	-	-	-	-
2025-2027	18,7%	688.987	541.654	454.820	529.112	381.958	-
7,3% a	-	-	-	-	-	-	-
2028-2030	20,5%	14.803	16.777	17.962	19.895	22.042	28.994
7,7% a	-	-	-	-	-	-	-
2031-2036	21,9%	8.945	9.342	9.202	7.401	7.651	48.710
Total	742.432	581.563	481.984	556.408	411.651	77.704	
Inflação projetada ¹	5%	4%	4%	4%	4%	4%	4%

¹ Taxas obtidas através de cotações futuras de cupons DI x Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) observadas na B3, aplicados em contratos do Brasil.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	Ref. 2022	2021	2022	2021
Moeda local				
Financiadora de estudos e projetos FINEP	16.979	44.193	16.979	44.193
Debêntures	A 1.912.985	1.922.732	1.913.204	1.922.732
Notas promissórias	B 519.044	-	519.044	-
Capital de giro - Operação The Body Shop	C -	-	-	526.743
Total em moeda local	2.449.008	1.966.925	2.449.227	2.493.668
Moeda estrangeira				
Títulos representativos de dívida ("Notes")	D 5.172.965	5.523.287	5.172.965	5.523.287
Resolução nº 4131/62	-	279.428	-	279.428
Total em moeda estrangeira	5.172.965	5.802.715	5.172.965	5.802.715
Total geral	7.621.973	7.769.640	7.622.192	8.296.383
Circulante	133.886	681.437	134.105	681.486
Não circulante	7.488.087	7.088.203	7.488.087	7.614.897
Debêntures				
Circulante	77.382	350.145	77.382	350.145
Não circulante	1.835.603	1.572.587	1.835.603	1.572.587

Ref.	Moeda	Venci-mento	Encargos	Taxa efetiva de juros	Garantias
A	Real	Julho de 2032	CDI + 1,65% CDI + 0,8%; 6,8% + IPCA e 6,9% + IPCA com pagamentos semestrais.	112% CDI; CDI+ 1%; CDI + 1,15%; CDI+1,65%; CDI+0,8%; CDI+1,34% e CDI+1,60%	Garantia fidejussória da Natura & Co Holding S.A
B	Real	Setembro de 2025	Juros de CDI + 1,55% com pagamentos semestrais.	CDI+1,55%	Garantia fidejussória da Natura & Co Holding S.A
C	Dólar americano	Abril 2024	Sonia + juros de 2,9% a.a., com pagamentos semestrais.	Sonia + juros de 2,9% a.a.	Garantia corporativa da Companhia até dezembro de 2021 e Aval da Natura & Co a partir de janeiro de 2022
D	Dólar americano	Maior de 2028	Juros de 4,125% a.a., com pagamentos semestrais.	CDI + 3,33%	Aval da Natura & Co

Segue abaixo, a movimentação do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.607.709	9.127.769		
Captações ⁽ⁱ⁾	5.304.838	6.045.161		
Amortizações ⁽ⁱⁱ⁾	(6.359.620)	(7.160.154)		
Apropriação de encargos financeiros, líquido dos custos de captação	454.491	470.052		
Pagamento de encargos financeiros	(487.867)	(480.602)		
Varição cambial	250.089	250.099		
Ajuste de conversão	-	44.058		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.769.640	8.296.383		
Captações ⁽ⁱ⁾	1.551.884	1.551.884		
Amortizações ⁽ⁱⁱ⁾	(1.340.179)	(1.787.248)		
Apropriação de encargos financeiros, líquido dos custos de captação	507.558	528.338		
Pagamento de encargos financeiros	(471.094)	(490.478)		
Varição cambial	(395.836)	(395.836)		
Ajuste de conversão	-	(80.851)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.621.973	7.622.192		

(a) As captações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se substancialmente a oferta realizada pela Companhia de notas vinculadas a metas de sustentabilidade no valor de USD 1,0 bilhão (equivalente a aproximadamente R\$5,6 bilhões (vide nota explicativa 18.1)) e de nova linha de crédito no valor de £100 milhões (cem milhões de libras esterlinas), (equivalente a aproximadamente R\$742 milhões) obtida pela controlada The Body Shop (vide nota explicativa 18.1).

(b) As amortizações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se ao resgate antecipado de títulos representativos de dívida da Companhia ("Notes") no valor de USD 750.000, (equivalente a aproximadamente R\$4 bilhões) realizado em maio de 2021 (vide nota explicativa 18.1), e às liquidações da 2ª série da 7ª emissão de debêntures no valor de R\$ 1.827 milhões e da 2ª série da 9ª emissão de debêntures no valor de R\$ 308 milhões, ambas realizadas em setembro de 2021. Adicionalmente, em 15 de abril de 2021, a Companhia resgatou o valor total do principal devido sob suas respectivas notas promissórias, equivalente a R\$ 250.000.

(c) As captações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se basicamente: (i) emissão da 11ª série de debêntures no valor de R\$ 826 milhões com vencimento em 2025 e emissão da 12ª série de debêntures no valor de R\$ 1.050 milhões, com vencimentos entre 2025 e 2032 pela Companhia (conforme detalhado na nota explicativa 18.1) e (ii) emissão de notas comerciais pela Companhia no valor de R\$ 500 milhões com vencimento em 2025 (conforme detalhado na nota explicativa 18.1 v).

(d) As amortizações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se basicamente: (i) o resgate antecipado da 9ª e 10ª séries de debêntures emitidas pela controlada Natura Cosméticos (ii) o resgate antecipado da linha de crédito no valor de £ 70 milhões da controlada The Body Shop e (iii) o refinanciamento da linha de crédito sob a Resolução nº 4131/62 da controlada Natura Cosméticos;

Os vencimentos da parcela de empréstimos, financiamentos e debêntures registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2023	-	14.527	-	240.252
2024	-	1.557.697	-	1.858.665
2025 (2025 em diante para 2021)	459.477	5.515.979	459.477	5.515.979
2026 em diante	7.028.610	-	7.028.610	-
Total	7.488.087	7.088.203	7.488.087	7.614.897

18.1 Descrição das principais movimentações de empréstimos e financiamentos bancários

i) Debêntures

Em 21 de setembro de 2018 ocorreu a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória, em 3 séries, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R\$1.000.000, sendo utilizados para a amortização parcial antecipa referente a 8ª emissão. Foram emitidas 100.000 debêntures, sendo 38.904 debêntures alocadas na 1ª série, com vencimento em 21 de setembro de 2020, 30.831 de debêntures alocadas na 2ª série, com vencimento em 21 de setembro de 2021, e 30.265 de debêntures alocadas na 3ª série, com vencimento em 21 de setembro de 2022 e remuneração correspondente a 109,5%, 110,5% e 112,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, respectivamente.

Em 25 de julho de 2022, ocorreu a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM número 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Emissão", "Oferta Restrita", "Debêntures" e "Instrução CVM 476", respectivamente), no valor total de R\$ 826.030. Foram emitidos o total de 826.030 (oitocentos e vinte e seis mil e trinta) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, todas nominativas e escriturais, sem emissão de certificados ou caules, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (hum mil reais), com vencimento em 21 de julho de 2027, e remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI acrescida em 1,65%.

Os recursos oriundos da 11ª emissão foram assim utilizados: amortização parcial da 3ª série da 9ª emissão no valor de R\$162.800, amortização parcial da 1ª série da 10ª emissão no valor de R\$145.830, amortização parcial da 2ª série da 10ª emissão no valor de R\$19.210, amortização parcial da 4ª série da 10ª emissão no valor de R\$295.280 e amortização parcial da 3ª série da 10ª emissão no valor de R\$202.910.

Em 06 de outubro de 2022, a Companhia realizou a 12ª (décima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em três séries, com garantia fidejussória adicional da sua controladora Natura & Co Holding S.A. As principais características das debêntures constam na tabela abaixo e são lastro de uma operação de emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI). A emissão das debêntures foi objeto de uma colocação privada pela Companhia.

Debêntures da 12ª Emissão				
Título	Taxa contratual	Vencimento	Valor total	Número de debêntures
1ª Série	100% DI + 0,8%	14/09/2027		255.889
2ª Série	6,8% + IPCA	14/09/2029	R\$1.050.000	487.214
3ª Série	6,9% + IPCA	14/09/2032		306.897

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures serão destinados ao pagamento de aluguéis ainda não incorridos e ao reembolso de gastos com aluguéis já incorridos nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de emissão.

Em 06 de dezembro de 2022 a Companhia realizou a amortização total das 4 séries da 10ª (décima) emissão de debêntures no valor de R\$913.220, com vencimento original em 26 de agosto de 2024. A apropriação de custos referente à emissão das debêntures no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$770,4 (R\$3.096 em 31 de dezembro de 2021), contabilizados mensalmente na rubrica de despesas financeiras de acordo com método da taxa efetiva de juros. O saldo de custos de emissão a apropriar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$31.955 (R\$6.370 em 31 de dezembro de 2021).

ii) Capital de giro - The Body Shop

Em 23 de abril de 2021, a controlada The Body Shop International Limited contratou um facility agreement com o UK Export Finance e o HSBC Bank PLC no valor de £100.000 (cem milhões de libras esterlinas) aproximadamente R\$742 milhões com garantia da Companhia e de sua controladora Natura & Co, Holding S.A. A partir de janeiro de 2022, a garantia ao facility agreement será somente da Natura & Co Holding S.A. Esse facility agreement será remunerado a taxa Sonia + 2,9% ao ano, e possui prazo para pagamento de principal e juros com vencimentos em dezembro de 2021, abril de 2023 e abril 2024.

Em 23 de dezembro de 2022 foi realizada a amortização total desta operação pela controlada The Body Shop, não restando saldo em aberto referente a este facility agreement.

iii) Títulos representativos de dívida ESG ("Notes ESG")

Em 4 de maio de 2021, a Companhia concluiu a oferta das notas vinculadas a metas de sustentabilidade, sujeito a juros anuais de 4,125% e com vencimento em 3 de maio de 2028 (as "Notas ESG") no valor principal total de US\$1 bilhão (aproximadamente R\$ 5,6 bilhões), sendo estas garantidas pela Companhia. Para essa oferta de notas, foram contratados instrumentos financeiros derivativos para proteção cambial. As metas, a serem atendidas até 2026, incluem a redução nas emissões de gases de efeito-estufa em 13% e ao uso de plástico reciclado nas embalagens de pelo menos 25%, as quais a Companhia não possui indicativos atuais de que não serão cumpridos. A apropriação de custos referente à emissão dos Títulos representativos de dívida da Companhia ("Notas ESG") em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$14.889 (R\$9.777 em 30 de dezembro de 2021), contabilizados mensalmente na rubrica de despesas financeiras de acordo com o prazo das respectivas emissões. O saldo de custos de emissão a apropriar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$79.410 (R\$94.293 em 31 de dezembro de 2021).

v) Notas comerciais

Em 19 de setembro de 2022 ocorreu a 1ª emissão de notas comerciais da Companhia, em série única no valor de R\$500 milhões. As notas comerciais foram distribuídas publicamente com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM nº 476/2009. A destinação dos recursos foi para o reforço de caixa e liquidez e possuem vencimento em 2025. A apropriação de custos referente à emissão das notas comerciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$126, contabilizados mensalmente na rubrica de despesas financeiras de acordo com método da taxa efetiva de juros. O saldo de custos de emissão a apropriar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.266.

18.2 Cláusulas restritivas de contratos

A Companhia possui apenas *covenants* relacionados a indicadores não financeiros. A Companhia está em conformidade com tais cláusulas em 31 de dezembro de 2022.

19. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE "RISCO SACADO"

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores locais	695.451	511.112	2.531.146	2.418.658
Fornecedores estrangeiros ⁽ⁱ⁾	6.921	30.618	116.210	174.507
Subtotal	702.372	541.730	2.647.356	2.593.165
Operações de "risco sacado" ⁽ⁱⁱ⁾	63.721	47.617	573.305	417.928
Total	766.093	589.347	3.220.661	3.011.093
a) Referem-se a importações denominadas principalmente em dólares norte-americanos, euros e libras.				
b) A Companhia possui contratos firmados com instituições financeiras de primeira linha, principalmente o Banco Itaú S.A., para estruturar diretamente com os seus principais fornecedores a operação denominada "risco sacado". Maiores detalhes sobre essas operações estão incluídos na nota explicativa nº 3.1.4.				

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora			
--	--------------	--	--	--

Opções de compra de ações e Plano de Aceleração da Estratégia	
Preço médio ponderado de exercício por ação - R\$ (milhares)	Opções (milhares)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19.30
Outorgadas	16,45
Expiradas / Canceladas / Exercidas	20,04 (173)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18,48
Ações restritas de desempenho (milhares)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.839
Outorgadas	1.007
Expiradas / Canceladas	(224)
Exercidas	(1.288)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.334

O número de opções, ações restritas e ações de desempenho demonstrado nesta nota consideram as seguintes premissas:

- os planos são apresentados utilizando B3 equivalentes para prêmio a serem exercidos em ADRs para garantir consistência; e
- a quantidade de ações do programa de "Ações de desempenho" divulgada considerou o cumprimento da meta de condições de desempenho, enquanto a despesa reconhecida durante o ano reflete a última reavaliação das condições de desempenho que impacta diretamente na quantidade das ações não maduras ("non vested").

A despesa referente aos planos de opções, ações restritas e ações por desempenho, incluindo os encargos, reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$19.083 e R\$54.148 na controladora e no consolidado (R\$5.637 e R\$54.209 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. As opções de compra de ações em circulação e ações de desempenho e ações de desempenho no fim do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Em 31 de dezembro de 2022 - Opção de compra de ações						
Data da outorga	Condições de aquisição de direito a partir da data de outorga	Preço de exercício (R\$)	Valor justo na data da outorga (R\$)	Opções existentes (milhares)	Vida máxima remanescente contratual (anos)	Opções exercíveis (milhares)
16 de março de 2015	De 2 a 4 anos de serviço	13,47	4,85 a 5,29	104	0,2	104
28 de julho de 2015 (Programa de aceleração da estratégia)	De 4 a 5 anos de serviço	12,77	6,20 a 6,23	495	0,6	495
15 de março de 2016	De 2 a 4 anos de serviço	12,71	7,16 a 7,43	81	1,2	81
11 de julho de 2016 (Programa de aceleração da estratégia)	De 4 a 5 anos de serviço	11,28	6,84 a 6,89	1.540	1,5	1.540
10 de março de 2017	De 2 a 4 anos de serviço	12,46	6,65 a 6,68	355	2,2	355
10 de março de 2017 (Programa de Aceleração da Estratégia)	De 4 a 5 anos de serviço	12,46	6,87 a 6,89	1.890	2,2	1.890
12 de março de 2018	De 2 a 4 anos de serviço	16,83	7,96 a 8,21	1.492	3,2	1.492
12 de abril de 2019	De 2 a 4 anos de serviço	23,41	11,71 a 11,82	1.317	4,2	847
17 de dezembro de 2021	De 3 a 4 anos de serviço	27,28	13,85 a 18,16	3.000	9,0	-
14 de setembro de 2022	De 3 a 4 anos de serviço	16,45	8,39 a 10,32	1.000	9,7	-
				11.274		6.804

Em 31 de dezembro de 2022 - Ações restritas				
Data da outorga	Condições de aquisição de direito a partir da data de outorga	Ações existentes (milhares)	Valor justo na data da outorga (R\$)	Vida máxima remanescente contratual (anos)
12 de abril de 2019 - Plano I	De 2 a 4 anos de serviço	253	21,62 a 22,53	0,2
27 de março de 2020 - Plano de Co-investimento	De 1 a 3 anos de serviço	312	29,00	0,3
31 de março de 2021	De 1 a 3 anos de serviço	842	48,13	1,3
14 de abril de 2022	De 1 a 3 anos de serviço	927	24,91 a 24,99	2,3
		2.334		

Em 31 de dezembro de 2022 - Ações de desempenho				
Data da outorga	Condições de aquisição de direito	Ações existentes (milhares)	Valor justo na data da outorga (R\$)	Vida máxima remanescente contratual (anos)
30 de setembro de 2020	Atendimento das condições de desempenho, 2,5 anos de serviço mais um período adicional de 1 ano para algumas ações.	1.050	48,56 a 73,46	0,3 a 1,3
31 de março de 2021	Atendimento das condições de desempenho, 3 anos de serviço mais um período adicional de 1 ano para algumas ações.	1.262	46,57 a 50,98	1,3 a 2,3
14 de abril de 2022	Atendimento das condições de desempenho, 3 anos de serviço mais um período adicional de 1 ano para algumas ações.	2.871	18,66 a 24,99	2,3 a 3,3
		5.183		

Premissas
Os intervalos de avaliação para as novas subvenções de ações restritas e o desempenho em abril de 2022 são apresentados abaixo. Os modelos de avaliação utilizados foram *Black-Scholes*, *Stochastic* e *Finmetry*, dependendo do tipo de atribuição.

Premissas	B3 ações BRL	ADR's USD
Preço por ação (também usado como preço de exercício na <i>Finmetry</i>)	25,00	10,60
Preço do exercício	0,01	0,00424
Volatilidade esperada	42,09% a 50,39%	49,07% a 57,72%
Prazo esperado	1 a 3 anos	1 a 3 anos
Rendimento dos dividendos esperado	0%	0%
Taxa de juros livre de risco	12,30% a 13,27%	1,69% a 2,73%

A volatilidade foi calculada durante o período de tempo compatível com o prazo de concessão esperado (ou durante o restante do período de desempenho, quando aplicável) imediatamente antes da data de concessão. No modelo *Finmetry*, a volatilidade é calculada ao longo do período proporcional ao período de detenção imediatamente anterior à data de outorga. Em 31 de dezembro de 2022, o preço de mercado era de R\$111,61 (R\$25,43 em 31 de dezembro de 2021) por ação.

26.2 Planos de benefícios a empregados
A Companhia e algumas de suas controladas concedem planos de aposentadoria de contribuição definida aos empregados elegíveis e, por meio de algumas de suas controladas no exterior, concede planos de benefício definido aos empregados elegíveis.

Plano de benefício definido de assistência médica pós-emprego
O passivo atuarial para o plano de assistência médica da Companhia e de suas controladas refere-se a um plano de benefício pós-emprego aos colaboradores e ex-colaboradores que realizaram contribuições fixas para o custeio do plano de saúde até 30 de abril de 2010, data em que o desenho do plano de saúde foi alterado e as contribuições fixas dos colaboradores foram eliminadas. Para ações que contribuiriam para o plano médico por dez anos ou mais, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário por tempo indeterminado (vitalício), sendo que para os que contribuíam por um período inferior a dez anos, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, à razão de um ano para cada ano de contribuição fixa. Este grupo de atuais colaboradores, em caso de desligamento, poderá optar por permanecer no plano conforme legislação aplicável, assumindo o pagamento da mensalidade cobrada pelas operadoras dos planos de saúde. No entanto, esta mensalidade não representa necessariamente o custo total do usuário, que é assumido pela Companhia, a partir do subsídio do custo excedente, como forma de benefício adicional.

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
RECEITAS FINANCEIRAS:				
Juros com aplicações financeiras	91.252	88.682	427.279	192.378
Ganhos com variações monetárias e cambiais	1.383.248	843.397	1.788.834	1.006.015
Ganhos com operações de swap e forward	1.834.548	1.786.470	1.890.551	1.800.010
Ganhos no ajuste a valor de mercado de derivativos swap e forward	9.746	-	32.557	20.929
Outras receitas financeiras	15.292	13.689	43.911	34.228
Subtotal	3.334.086	2.732.238	4.183.132	3.053.560
DESPESAS FINANCEIRAS:				
Juros com financiamentos	(489.462)	(427.263)	(510.242)	(442.824)
Juros com arrendamentos	(43.733)	(32.207)	(150.583)	(149.256)
Perdas com variações monetárias e cambiais	(1.033.303)	(1.097.226)	(1.501.417)	(1.259.592)
Perdas com operações de swap e forward	(2.797.577)	(1.428.232)	(2.834.714)	(1.509.129)
Perdas no ajuste a valor de mercado de derivativos swap e forward	(28.763)	(8.663)	(60.528)	(26.214)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e obrigações tributárias	(23.419)	(33.912)	(27.042)	(36.270)
Apropração de custos de captação (Debêntures/ Notes)	(18.096)	(27.228)	(18.096)	(27.228)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ajuste de economia hiperinflacionária (Argentina)	-	-	(327.115)	(108.730)
Outras despesas financeiras	(135.678)	(208.449)	(247.360)	(232.141)
Subtotal	(4.570.031)	(3.263.180)	(5.677.097)	(3.791.384)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas				
	(1.235.945)	(530.942)	(1.493.965)	(737.824)

A abertura apresentada a seguir visa fornecer uma visão resumida da despesa financeira líquida com base na natureza das transações relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras (juros de dívida)	(489.462)	(427.263)	(510.242)	(442.824)
Receitas de aplicações financeiras e outros	91.252	88.682	427.279	192.378
Variações cambiais sobre atividades financeiras, líquidas	395.836	(250.089)	395.836	(250.099)
Ganhos (perdas) com derivativos sobre variações cambiais de atividades financeiras, líquidas	(408.598)	272.059	(383.178)	261.220
Ganhos (perdas) com derivativos sobre pagamentos de juros e outras atividades financeiras, líquidas	(573.448)	77.516	(588.956)	24.376
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e obrigações tributárias	(23.419)	(33.912)	(27.042)	(36.270)
Despesas com arrendamentos	(43.733)	(32.207)	(150.583)	(149.256)
Ajuste de economia hiperinflacionária	-	-	(327.115)	(108.730)
Outras despesas financeiras	(138.482)	(221.988)	(221.545)	(225.141)
Outros ganhos (perdas) com hiperinflação e variação cambial sobre atividades operacionais	(45.891)	(3.740)	(108.419)	(3.478)

Receitas (despesas) financeiras líquidas
(1.235.945) (530.942) (1.493.965) (737.824)

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	-	1.903
Resultado na baixa de imobilizado	-	-	-	-
Receita com a venda da carteira de clientes	11.874	16.112	11.874	16.113
Créditos tributários (a)	29.745	11.682	47.865	37.841
Outras receitas operacionais	27.966	33.035	35.049	34.221
Total outras receitas operacionais	69.585	60.829	94.788	90.078
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-
Resultado na baixa de imobilizado	(2.074)	(1.492)	-	-
Crer Para Ver (b)	(24.562)	(39.523)	(54.062)	(47.523)
Plano de transformação e integração (c)	(73.857)	(61.545)	(104.334)	(103.245)
Gastos com reestruturação (d)	-	-	(36.296)	-
Despesa por adesão ao programa de anista	(23.803)	-	(23.803)	-
Impairment	-	-	(36.619)	-
Outras despesas operacionais	(8.959)	(11.776)	(111.674)	(55.482)
Total outras despesas operacionais	(133.255)	(114.336)	(386.788)	(206.250)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	(63.700)	(53.507)	(292.000)	(116.172)

a) Créditos extemporâneos relacionados a mudança na forma de tributação de PIS e COFINS em 2019, e também referentes a exclusão do ICMS da sua base de cálculo e créditos oriundos de subvenção para investimento.

b) Destinação do lucro operacional obtido nas vendas da linha de produtos não cosméticos chamada "Crer Para Ver" para o Instituto Natura, destinado especificamente para projetos sociais destinados ao desenvolvimento da qualidade de educação.

c) Despesas relacionadas à execução do plano de integração entre marcas Natura e Avon que está apoiado principalmente nos *workstreams* de operações e logística, reorganização de estrutura, revisão de crédito e cobrança e otimizações do modelo comercial.

d) Refere-se aos gastos para encerramento das operações da controlada The Body Shop na Rússia, sendo os principais gastos referentes a indenizações a colaboradores e multa por encerramento de contrato de locação de lojas.

29. RESULTADO PORAÇÃO
O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Consolidado		
	2022	2021
Lucro atribuído aos acionistas controladores da Companhia	123.717	934.152
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	920.205.397	920.205.397
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	920.205.397	920.205.397
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,1344	1,0152

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Considerando que as ações da Companhia não são negociáveis e, portanto, não tem efeito antidiluição, o lucro básico e diluído não possuem diferenças.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, oriundos de despesas administrativas e prestação de serviços.

30.1 Posições ativas e passivas com partes relacionadas
A Companhia possui transações com partes relacionadas reconhecidas conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante:				
Natura Logística e Serviços Ltda. (a)	89	28	-	-
Natura Biosphera Franqueadora Ltda.	-	194	-	-
Natura Comercial Ltda. (a)	5.763	942	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Argentina (a)	193.658	9.626	-	-
Aesop Brasil Comércio de Cosméticos Ltda. (a)	9.934	2.273	-	-
The Body Shop - Brasil (a)	3.790	-	-	-
The Body Shop International Limited (a)	1.136	-	-	-
Natura & Co Holding S.A. (a)	1.470	1.881	-	41.254
Natura & Co Pay Financeira (b)	102.417	16.775	-	-
Aesop - Reino Unido (c)	464	-	-	-
Avon - Reino Unido (c)	3.056	-	-	-
Natura & Co International S.A. - Luxemburgo (a)	-	-	14.629	-
Avon Industrial Ltda. (a)	-	-	-	411
Avon Colômbia S.A. (a)	-	-	101.333	-
Avon Cosméticos Ltda (a)	550.513	249.177	550.967	424.510
Cosméticos Avon S.A.C.I. (a)	1.050	-	40.947	33
OLA BELLEZA (Malásia) (a)	1.046	-	1.046	-
Avon Cosmetics Manufacturing (a)	-	-	181.473	990
Total do ativo circulante	874.386	280.896	890.395	467.198
Passivo circulante:				
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (a)	431.705	85.650	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Chile (a)	130.952	-	-	-
Natura & Co Holding S.A. (a)	-	153.656	-	168.604
The Body Shop-Brasil (a)	-	11.253	6.868	-
Natura Biosphera Franqueadora Ltda.	191	-	-	-
Avon - Reino Unido (c)	-	-	96.999	-
Avon Industrial Ltda. (a)	-	-	-	439
Avon Cosméticos Ltda. (a)	-	-	-	37.739
Cosméticos Avon S.A.C.I.	-	-	10.394	1.043
Avon Cosmetics Peru (c)	-	-	22	-
Avon Cosmetics Manufacturing (a)	-	-	-	16.932
Total do passivo circulante	562.848	250.559	114.283	224.757
Fornecedores - partes relacionadas	562.848	96.903	114.283	71.101
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	153.656	-	153.656

a) Refere-se a juros sobre capital próprio.
b) Refere-se a distribuição de lucros aprovados pendentes de liquidação.
c) Refere-se a restabelecimento de despesas entre as empresas do grupo.
d) Refere-se substancialmente a empréstimos entre as empresas do grupo.
e) Refere a pagar pela compra de produtos.
f) Refere-se substancialmente a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.
g) Refere-se a mútuos com coligadas.
h) Refere-se a valores recebidos pela Natura & Co Pay Financeira a serem repassados a Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de produtos	2022	2021	2022	2021
Compra de produtos	2022	2021	2022	2021
	2022	2021	2022	2021

Aesop Brasil Comércio de Cosméticos Ltda.
Natura Comercial Ltda.
The Body Shop - Brasil
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.
Natura Cosméticos S.A. - Chile
Natura & Co Holding S.A.
The Body Shop-Brasil
Natura Biosphera Franqueadora Ltda.
Avon - Reino Unido
Avon Industrial Ltda.
Avon Cosméticos Ltda.
Cosméticos Avon S.A.C.I.
Avon Cosmetics Peru
Avon Cosmetics Manufacturing
Total do passivo circulante
Fornecedores - partes relacionadas
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

Em 8 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou contrato de empréstimo tendo como beneficiário a controlada Avon Cosméticos Ltda. (entidade sob controle comum da Natura & Co Holding) no montante de R\$ 250.000, dos quais até 30 de setembro de 2022, foram totalmente disponibilizados. Sobre o empréstimo concedido não incidem juros contratuais e o mesmo tem o objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com vencimento em 21 de fevereiro de 2023.

Em 16 de maio de 2022, a Companhia celebrou contrato de empréstimo tendo como beneficiário a controlada Avon Cosméticos Ltda. (entidade sob controle comum da Natura & Co Holding) no montante de R\$ 100.000, dos quais até 30 de setembro de 2022, foram disponibilizados R\$50.000. Sobre o empréstimo concedido não incidem juros contratuais e o mesmo tem o objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com vencimento em 16 de maio de 2023.

Em 13 de agosto de 2022, a Companhia celebrou contrato de empréstimo tendo como beneficiário a controlada Avon Cosméticos Ltda. (entidade sob controle comum da Natura & Co Holding) no montante de R\$ 300.000, dos quais até 30 de setembro de 2022, foram disponibilizados R\$250.000. Sobre o empréstimo concedido não incidem juros contratuais e o mesmo tem o objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com vencimento em 22 de agosto de 2023. No reconhecimento inicial, o valor justo do ativo financeiro oriundo do financiamento foi estimado considerando o valor presente dos futuros recebimentos descontados por uma taxa de juros corrente de mercado para um instrumento semelhante, sendo o efeito do desconto reconhecido em conta de patrimônio líquido como uma transação de capital em operação com acionistas (controlador comum).

Em 18 de maio de 2022, a controlada Natura Cosméticos da Colômbia celebrou contrato de empréstimos cedendo recursos para a coligada Avon Cosméticos Colômbia, com objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com o limite de 100 bilhões pesos colombianos (equivalentes a aproximadamente R\$ 137.310 em 31 de dezembro de 2022), dos quais até 30 de junho de 2023, foram totalmente disponibilizados. Os empréstimos são remunerados a juros anual de 3,4% ao ano + TIE 28d (taxa interbancária) sendo pagos até agosto de 2023.

Em 21 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou contrato de empréstimo tendo como beneficiário a coligada Avon Cosméticos Ltda. (entidade sob controle comum da Natura & Co Holding) no montante de R\$ 250.000,